

Centro de Estudos Estratégicos da Marinha

## CADERNOS NAVAIS

N.º 50 – Outubro – Dezembro de 2018

# O mar em perspetiva

Professor Doutor Adriano Moreira



Edições Culturais da Marinha

LISBOA

Centro de Estudos Estratégicos da Marinha

**CADERNOS NAVAIS**

N.º 50 – Outubro – Dezembro de 2018

# **O mar em perspetiva**

**Professor Doutor Adriano Moreira**

Edições Culturais da Marinha

LISBOA

O Centro de Estudos Estratégicos da Marinha (CEEM) foi criado pelo Despacho número 13/18, de 12 de abril, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), sucedendo ao Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica (GERE), cuja origem remonta ao ano de 1999.

O CEEM, situado na direta dependência do Almirante CEMA, tem como principais incumbências a reflexão e o estudo nas áreas da estratégia marítima, doutrina naval e projeção externa da Marinha.

No âmbito das suas competências, o CEEM promove a publicação de textos sobre temas da sua vocação, através das coleções dos Cadernos Navais, editados pela Comissão Cultural da Marinha.

**TÍTULO:**

O mar em perspectiva

**COLEÇÃO:**

Cadernos Navais

**NÚMERO ANO:**

50/Outubro-Dezembro 2018

**EDIÇÃO:**

Comissão Cultural de Marinha  
Centro de Estudos Estratégicos da Marinha (CEEM)

ISBN: 978-989-8159-82-3

Depósito legal n.º 183119/02

**EXECUÇÃO GRÁFICA:** Instituto Hidrográfico/Luís Gonçalves

**TIRAGEM:** 200 exemplares

# O AUTOR

**Professor Doutor Adriano José Alves Moreira**

Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa. Doutor pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Doutor em Direito pela Universidade Complutense de Madrid. Delegado à Organização das Nações Unidas (1957-1959). Ministro do Ultramar (1961-1963). Deputado e Vice-Presidente da Assembleia da República (1979-1995). Professor do Instituto Superior Naval de Guerra (até à sua extinção). Professor da Universidade Católica Portuguesa. Antigo Professor da Universidade Católica do Rio de Janeiro. Presidente Honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Academia Internacional da Cultura Portuguesa. Presidente da Academia das Ciências de Lisboa (2008-2010-2012). Antigo Presidente do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa e Professor do Instituto de Estudos Superiores Militares. Faz parte do Conselho Superior do Centro de Estudos Estratégicos da Marinha.

É Doutor Honoris Causa por várias universidades nacionais e estrangeiras.

Tem uma vasta bibliografia nas áreas das relações internacionais, ciência política e estratégia. Possui as seguintes condecorações: Grã-Cruz de São Silvestre; Grã-Cruz de Cristo; Grã-Cruz do Cruzeiro do Sul; Cavaleiro da Grã-Cruz da Ordem de África; Grã-Cruz da Ordem de Isabel, a Católica; Grande-Oficial e Grã-Cruz do Infante D. Henrique; Grã-Cruz da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada; Royal Victorian Order; Medalha de Mérito Aeronáutico; Medalha Militar de Serviços Distintos, Grau Ouro, da Marinha; Medalha D. Afonso Henriques de 1.ª classe, do Exército; Medalha da Defesa Nacional, de 1.ª classe; Medalha de Mérito Cultural; Medalha da Cruz Naval; e Medalha da Cruz de S. Jorge, do Estado-Maior General das Forças Armadas. Foi-lhe concedida, pelo Chefe de Estado-Maior da Armada, a Espada de Honra de Almirante Honorário da Marinha de Guerra Portuguesa, pelos anos de ensino no Instituto Superior Naval de Guerra. Foi agraciado com a Ordem de Timor-Leste “pelos serviços prestados a Timor, aos Direitos Humanos, e à Humanidade (2017)”.

Atualmente é Conselheiro de Estado.



# ÍNDICE

<b>3</b>	O AUTOR
<b>7</b>	PREFÁCIO
<b>9</b>	A RENOVACÃO DO CONCEITO ESTRATÉGICO NACIONAL E O MAR
<b>15</b>	O ESTADO EXÍGUO E AS HIPÓTESES ESTRATÉGICAS
<b>25</b>	UM MUNDO EM ARMISTÍCIO
<b>33</b>	PORTUGAL NA CONJUNTURA MUNDIAL
<b>41</b>	A ARENA GLOBAL
<b>49</b>	DO MAR PORTUGUÊS AO MAR OCEANO
<b>55</b>	PORTUGAL E O MAR
<b>60</b>	CADERNOS NAVAIS - VOLUMES PUBLICADOS



# PREFÁCIO

Os Cadernos Navais têm vindo a ser publicados desde 2002, na sequência da criação, três anos antes, do Grupo de Estudo e Reflexão Estratégica. As propostas que estiveram na origem destas iniciativas devem-se ao Vice-almirante Ferraz Sacchetti, oficial brilhantíssimo e notável académico, com relevante obra publicada, falecido no início de 2009.

O citado Grupo de Estudo viria a evoluir ao longo do tempo para corporizar, já em 2018, o Centro de Estudos Estratégicos da Marinha (CEEM), em cujo âmbito funciona um Conselho Superior, constituído por individualidades, civis ou militares, de reconhecido mérito.

Assinala-se presentemente a publicação do Caderno Naval número 50, sendo autor o Senhor Professor Doutor Adriano Moreira, cuja ligação à Marinha remonta ao ano de 1956 e se mantém, até hoje, nas mais variadas formas. De facto, a extraordinária dedicação à Marinha do nosso estimado Professor iniciou-se na qualidade de conferencista convidado do Instituto Superior Naval de Guerra e, depois, de Professor Efetivo, funções que manteve até à extinção deste estabelecimento em 2005. São também muitas as suas comunicações efetuadas na Academia de Marinha, onde foi eleito membro honorário, e também várias as colaborações nos Cadernos Navais. A Escola Naval muito beneficiou das suas conferências e, até, de lições inaugurais. Atualmente faz parte do Conselho Superior do CEEM.

O Senhor Professor Doutor Adriano Moreira é autor de vasta obra, nas suas áreas de eleição, como o Direito, a Ciência Política e as Relações Internacionais, a que acrescem vários volumes de ensaios, que resultam de uma vida longa e plena, onde acumulou uma experiência rica e exemplar. Não admira, pois, que tenha conseguido um justo e destacado lugar no nosso património do saber.

Na sua pessoa e na sua vida conjugam-se e interligam-se intimamente o homem, o cidadão e o académico, ou seja, na mais verdadeira aceção da palavra, um grande humanista. Cidadão profundamente empenhado na vida nacional, tornou-se uma personalidade respeitada e escutada por atributos difíceis de igualar, dos quais se distingue uma inteligência gémea da integridade de carácter.

A Marinha sente-se profundamente honrada pela abnegada devoção do Senhor Professor Adriano Moreira que, ao longo de décadas, se transformou numa relação de privilégio e benefício mútuo, que se reconhece como única e sublime.

Nestas circunstâncias, em nome da Marinha, cumpre-me saudar vivamente mais esta sua importante contribuição, que assume um especial significado por se tratar de uma coletânea de textos sobre o mar que nos ajudam a refletir sobre o nosso país e a sua Marinha.

Bem-haja Senhor Professor.

O Chefe do Estado-Maior da Armada  
António Maria Mendes Calado  
Almirante



# A RENOVAÇÃO DO CONCEITO ESTRATÉGICO NACIONAL E O MAR

Entramos neste ano de graça de 2014 com uma espécie de redescoberta de que um Estado, sobretudo quando baseado na comunidade de afetos que é uma Nação, precisa de um conceito estratégico nacional. Admitindo que o Estado antecede de regra a Nação, como sustentou Lord Acton, o evidente é que o Fundador D. Afonso Henriques teve um conceito estratégico nacional marcado pela independência como estatuto e pela reconquista como tarefa, que a Dinastia de Aviz, com D. João I e a excelente educadora que foi D. Filipa de Lencastre, apoiada nos Ínclitos Infantes, redefiniram o conceito nacional ao virar as costas ao Muro de Castela e adotando o Mar como futuro, que o doloroso intermédio Filipino, que presenciou várias edições dos Lusíadas, não afetou o conceito como se viu com a Restauração e as fidelidades que a apoiaram, com a mudança do regime monárquico para República invocando como dinamizador da mudança os interesses ultramarinos. Foi a crescente evolução para Estado exógeno, passando pelas duras provas da guerra de 1914-1918, e o fim do Império Euromundista nas consequências da guerra mundial de 1939-1948, que tendeu para colocar um ponto final na perspetiva que vinha desde o arranque para Ceuta. Com elite numerosa, em que os marinheiros se distinguiam, os factos levaram a que o Hino Nacional definisse o povo como Heróis do Mar, “salgado pelas lágrimas de Portugal” segundo Pessoa.

Decorrido mais de meio século sobre o fim daquela guerra civil dos europeus, que custou cinquenta milhões de mortos, e sobre o ponto final colocado no colonialismo português em 1974, proliferam os estudos, os ensaios, as propostas, sobre o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, uma tarefa que parece não poder ser bem executada sem um prévio Conceito Estratégico Nacional para enfrentar o mundo globalista em que nos encontramos, na condição de Estado *exógeno*, isto é, submetido aos efeitos de decisões em que não participa, *periférico* segundo observadores que não se incomodam em explicar como se identifica a *periferia* desse globalismo mal sabido, *exíguo* pela relação negativa entre recursos e necessidades, e pela pressão de tantos fatores negativos, na situação de *protetorado*, que se distingue dos extintos pela ONU pelo facto de a submissão vir de instâncias internacionais que são, além do FMI, do Banco Central Europeu, e Comissão Europeia, centros não identificados de poder financeiro, e não de uma *soberania* superior em poder, e descuidada de respeitar a jurisdição interna.

A comunidade de afetos, que é a definição mais apropriada para uma Nação sólida, vai dando mostras de partilhar a desconfiança que por todo o Ocidente fere a relação com os centros formalmente investidos na função de governança, mas ao mesmo tempo o passado de dignidade que foi ferida, e agrava a incerteza do futuro não suscetível da prospetiva segura.

Nesta inquietação é natural que se procure encontrar exemplo e ânimo nas elites inspiradoras da formação da Nação e do conceito estratégico nacional esgotado.

Tem interesse verificar, que enfrentando nesta data dificuldades de ordem financeira e económica, com inevitáveis reflexos sociais, um dos guias vivos do pensamento do Brasil, que foi até hoje a maior dádiva portuguesa ao património comum da humanidade, que é Fernando Henrique Cardoso, tenha considerado oportuno organizar o tema da Identidade da sua Pátria, inventariando e meditando, num livro notável, que intitulou – *Pensadores que inventaram o Brasil* (2013), uma galeria por onde desfilaram Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda, José Bonifácio, Ruy Barbosa, Celso Prado Jr., Celso Furtado, e, com alguma benevolência mas com admiração, Gilberto Freyre. Professor no Instituto Rio Branco, afirma que não é difícil verificar que “a visão (atual) do futuro está errada”, embora, quanto a ele, medite sobretudo na relação produção-consumo.

Não é todavia de esperar, mas também não pode passar sem registo, que não há portugueses na sua lista da elite que construiu o Brasil, esquecidos pelo menos de Pedro Alvares Cabral ao Padre Vieira.

Todavia, e ao contrário, a Escola da Marinha de Guerra Brasileira, em Maio de 2013, organizou um importante Simpósio sobre o Mar azul, e não omitiu, na sua visão nacionalista, recordar os Duzentos anos da Escola, fundada depois do desembarque de D. João VI, e dos seus oficiais presentes, sabedores e intervenientes na definição do conceito estratégico nacional do Brasil, destaco a meditação do Contra-Almirante Roberto Gama e Silva sobre o que chama “Tsunami Verde-Amarelo. Uma visão nacionalista”, o vice-Almirante Fernando Manuel Fontes Diégues que vai buscar exemplo em A Estatística da Independência, descrevendo as opções navais, o Professor Eduardo Italo Presce dissertando sobre os “Projetos da Marinha do Brasil no Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa”, e finalmente o Contra-Almirante Marcio Piragibe Ribeiro de Bakker inquieto com a transformação nos continentes, oceanos e atmosfera que nos ameaçam, e tudo sem omitirem a defesa e segurança do Brasil e do seu vastíssimo mar.

Tendo em vista a crise europeia, ocidental, e mundial, e o facto de os EUA parecerem evoluir para voltar a considerar que o Atlântico é a sua retaguarda e o Pacífico o seu destino manifesto (sempre a marinha), ocorreu-me ver a posição da China, num livro de Harry G. Gelber, intitulado “O Dragão e os demónios estrangeiros”, (S. Paulo, 2012), recordado de que recentemente a China “mostrou a bandeira”, colocando no mar um porta-aviões que a opinião pública americana recebeu com preocupação. O autor, minucioso no exame do trajeto da China desde o encontro com os ocidentais, conclui o seguinte no que respeita às relações China-América: “se houver um razoável bom senso dos dois lados, a acomodação deverá perdurar. Ambos os países têm tido cuidado ao longo de diversas décadas para definir seus interesses ultramarinos no Pacífico ou no sudoeste asiático de modo a limitá-los, em vez de coloca-los em conflito”. Finalmente, sabemos que “os problemas

da superpopulação, do aquecimento global, da produção de alimentos e da distribuição da água serão os maiores desafios que a humanidade terá de enfrentar para salvar o planeta e a sua biodiversidade”. Sem Marinha não vai ser fácil enfrentar esta visão de futuro.

Estes dois exemplos servem-nos para meditar em conjunto, nesta Assembleia onde se reúnem a experiência e o saber, com atenção ao imperativo – servir a Pátria, que a Pátria vos contempla, sobre o lugar que o problema do Mar e da Marinha tem nas preocupações nacionais, europeias, e mundiais, em tempo de crise sem exemplo no passado.

Em primeiro lugar não podemos deixar de mencionar os trabalhos que devemos às Universidades, em que destaco a Universidade dos Açores, de Aveiro, do Algarve, e os estudos levados a cabo no ISCSP, hoje integrado na Universidade de Lisboa, na área da Estratégia e das Relações Internacionais, na Universidade Católica e na Academia das Ciências com larga intervenção do senhor Almirante Nuno Vieira Matias, acrescentando o primeiro ano de atividades do *Cluster do Mar*, que no fim desse seu primeiro ano e, dirigido por Ana Paula Vitorino, entusiasta desta missão, contribuiu “de forma ativa e determinada para uma estratégia nacional marítima e costeira, que se pretende transversal à sociedade portuguesa e com objetivos claros em termos de conhecimento, sustentabilidade e desenvolvimento”.

Também não podemos ignorar o documento – Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020” colocado em discussão pública (Crescimento Azul) com os seguintes objetivos: “A ENM – 2013-2020 pretende recuperar a identidade marítima nacional, concretizar o potencial económico, geoestratégico e geopolítico do território marítimo nacional, tornando o Mar-Portugal num ativo com benefícios económicos, sociais e ambientais permanentes, criar condições para atrair investimento, nacional e internacional, em todos os setores de economia do mar, procurando o crescimento, o emprego, a coesão social e a integridade territorial, e aumentando, até 2020, a contribuição direta do setor Mar para o PIB nacional em 50%, reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional, estimulando o desenvolvimento de novas áreas de ação que promovam o conhecimento e potenciem, de forma eficaz, eficiente e sustentável, os seus recursos, usos e atividades, e consagrar Portugal, a nível global, como nação marítima e como parte incontornável da política marítima integrada e de estratégia da UE, nomeadamente para a área do Atlântico”.

É justamente este último desígnio – como parte incontornável da política marítima e integrada da estratégia da União Europeia – que chama a atenção para o facto de este importante documento, que visa uma adesão pública a um conceito de ação marítima governamental, temporalmente coincidente com a proposta governamental pedida ao grupo de trabalho dirigido, no ano de 2013, pelo falecido Doutor Luís Fontoura (Almedina, 2013), e com o texto intitulado Conceito Estratégico de Defesa Nacional, publicado como emitido pelo governo de Portugal. Não é possível afirmar que houve relação averiguada e avaliada entre ambos os textos, mas tem de atribuir-se maior

relevo ao segundo, vista a origem. E nele se afirma que, tendo o anterior conceito estratégico de defesa nacional sido aprovado em 2003, o novo era necessário, em vista da profunda mudança da circunstância mundial, quer económica e financeira, quer do quadro de ameaças e riscos, salientando que “o novo conceito estratégico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), aprovado em 2010, bem como o novo Tratado da União Europeia (UE) – o Tratado de Lisboa – implicaram novas exigências em termos da contribuição portuguesa para a garantia da segurança internacional”.

Percorrendo o texto, a enumeração dos riscos e ameaças, e os deveres de cooperação estão enumerados de acordo com as análises internacionais correntes, mas falta apontar, o que sugiro com a maior humildade, que o problema central da crise portuguesa, obediente ao receituário da Troika, que o Ministro da Finanças demissionário apontou como de consequências frustrantes, é o de pão e trabalho, e que toda a panóplia de medidas para valorizar a rentabilidade do mar e da costa portuguesa omite o fator tempo quanto às consequências do liberalismo repressivo europeu em exercício, quanto à experiência do conceito da destruição-constructiva que foi remédio indicado em casos como os do Chile, do governo Argentino, e até do Oriente, sobretudo omite a importância da plataforma continental, e os riscos evidentiíssimos que corre, e a relação indispensável entre a Marinha e o talvez mais importante fator de recuperação de um futuro decente para as gerações que vão receber o legado da crise que a política do neoriquismo causou no Ocidente.

Que o risco existe e não é pelas técnicas do Estado Espetáculo que poderá ser eliminado das inquietações nacionais, começa por ser lembrado com a manifestação pública do governo de Espanha sobre as Selvagens.

Não faltam exemplos, na experiência internacional, de um governo criar incidentes internacionais para desviar a atenção pública do seu país de temas que o enfraquecem. Algumas críticas sugerem que a senhora Thatcher adotou a solução churchiliana das Malvinas porque as sondagens lhe anunciavam a perda da maioria nas eleições próximas, e deste modo recorreu a levantar o orgulho e adesão do eleitorado do seu povo. O governo espanhol, em dificuldades internas no seio do partido da maioria e em face do Parlamento e da opinião pública, teve uma paixão súbita por rochedos, e reclamou ao mesmo tempo a natureza das Selvagens e do Rochedo de Gibraltar. Quanto ao segundo esqueceu-se de lembrar que já não faz falta à rota imperial da Inglaterra, e cuidadosamente, esperando juntar o útil ao agradável, também esqueceu a hispanização que tem sido desenvolvida para não reconhecer e consolidar a usurpação dos direitos portugueses sobre Olivença, talvez porque não é um rochedo, são uma centena de quilómetros quadrados. A mudança de perfil das relações entre Portugal e Espanha deve tempo e trabalho suficientes para impedir que um expediente diplomático, usado por razões internas, venha desvendar ambições ilegítimas danosas para Portugal. A marinha seguramente pode ajudar a tornar menos fácil a transformação das Selvagens em rochedos, com a consequência real de afetar a dimensão da plataforma continental que nos pertence.

Mas a posição é mais severa no que diz respeito à relação com a União Europeia. Já é suficiente a transferência e gestão da parte dos recursos vivos do mar a que o Tratado de Lisboa procedeu para a União, com abandono desnecessário de competência nacional, e nem sequer descentralizando tal questão, um tema em que os resultados da Política Agrícola Comum deviam estar na lembrança. Mas se a definição do Mar Europeu, uma tarefa em que com competência se empenha a eurocracia, se verificar antes de a ONU reconhecer o nosso direito, qualquer português se lembrará do Mapa Cor-de-Rosa, das ambições que despertará em toda a interioridade da União, e as consequências inevitáveis para os nossos interesses vitais, numa data em que constantemente lembra a linha da pobreza que ultrapassou o Norte do Mediterrâneo. De novo a Marinha tem de ser lembrada, e a sua intervenção reconhecida como insubstituível e urgente.

Privatizar o Alfeite, ou extinguir os estaleiros de Viana, a consequência mais grave que tem é a de rapidamente extinguir o *saber fazer*, e este não é repostado facilmente. De novo a Marinha deve merecer uma atenção especialmente e legalmente devotada a este agravamento descuidado da importância do Mar. Precisamos da Marinha, não tanto porque a Pátria a contempla, mas porque não pode deixar-se de contemplar a Pátria submissa a um protetorado, que até agora lhe destruiu os interesses, desagrega a comunidade de afetos que é a Nação, e aumenta o sal do Mar que são lágrimas de Portugal.

Finalmente, deixarei testemunhado que, na referida reunião da Escola da Marinha de Guerra do Brasil, onde fiz o discurso de encerramento, lembrei a importância de, tendo em conta que todos os países da CPLP são *marítimos*, são *pobres*, tem *plataforma continental*, e todos enfrentam as *exigências do tráfego marítimo crescente*, e da segurança do Atlântico Sul: a CPLP poderia ter uma *frota privada* comum, antes que seja obrigada inevitavelmente a ter de considerar a articulação com a segurança do Atlântico Norte, atendendo à natureza de Oceano Moreno que é o Atlântico Sul. Na circunstância do mundo, bem pode acontecer que se Portugal não for ter com o Mar, o Mar inevitavelmente virá ter com Portugal.



## O ESTADO EXÍGUO E AS HIPÓTESES ESTRATÉGICAS

O anúncio habitual, no fim de todas as guerras, sobretudo mundiais, é que a paz será a garantia de que o desastre não voltará a repetir-se. A Guerra Mundial de 1939-1945 não foi exceção, e a criação da ONU foi anunciada com esse objetivo.

Infelizmente, na estrutura da organização ficou instalado, ao lado dessa referência ao legado humanista ocidental, com sede na Assembleia Geral, a referência ao legado maquiavélico, segundo o qual quem tem força joga-a, com sede no Conselho de Segurança, e direito de veto reservado a cinco potências: Estados Unidos da América, URSS, Inglaterra, França, e China.

De facto apenas os EUA e a URSS podiam confiar na capacidade inerente à adjetivação, e o resultado foi que, rapidamente, a ordem legal da ONU foi substituída pela Ordem dos Pactos Militares – NATO e VARSÓVIA –, a qual vigorou durante meio século de guerra fria, até à queda do Muro de Berlim em 1989. A paz conseguida, no espaço que os maoistas chamaram Cidade Planetária do norte do mundo, foi a da ameaça de mútua destruição assegurada, mas pelas margens da fronteira dos Pactos desenvolveram-se tremendas guerras, designadamente na Coreia, no Vietname, e muito intensamente na África, sempre expressão da luta pela hegemonia entre os dois blocos, de regra por entreposta entidade, com uma inevitável teoria de genocídios, crimes de guerra, e crimes contra a Humanidade.

A queda do Muro de Berlim em 1989 induziu potências ocidentais a imaginar que podiam proclamar-se vencedoras da guerra fria, mas talvez seja mais rigorosa a leitura que atribui o facto à espécie de fadiga dos metais em que se traduz o processo degenerativo dos impérios.

No espaço ocidental, a sobrevivência do conceito renascentista da soberania animou o unilateralismo da administração republicana dos EUA, com os desastres conhecidos, e a meditação teórica repartiu-se naquele país por duas tendências: uma, tributária de Fukuyama, anunciou o fim da história, com o sentido de que apenas sobrevivia uma proposta de governação mundial, a democracia de modelo americano, a Declaração de Direitos do Homem de matriz americana, a liberdade económica do mercado de opção americana; outra, tributária do recentemente falecido Huntington, apontou para o conflito das civilizações, talvez por ter presente a mudança de sinal da Assembleia Geral da ONU resultante das autodeterminações.

Os factos, entre os quais avulta o agravamento do terrorismo global, se não foram cabalmente alinhando a favor desta última tese, foram desmentindo a tese do fim da história, e até apontando para conceitos que a paz da II Guerra Mundial parecia ter definitivamente afastado: a tese de fim da história recordava a perspectiva colonialista ocidental de tratar as restantes áreas culturais como a *cera mole* que poderia ser moldada pelos valores e práticas da hegemonia colonizadora; por seu lado, a tese do conflito

das civilizações, explicitada pelo último grande livro de Huntington (*Who are we?* – 2004), convidou a meditar sobre se a identidade americana estaria em perigo, vista a chegada das minorias ao poder, isto sem que tenha podido assistir ao triunfo de Obama.

O facto é que, depois da queda do Muro, continuam a multiplicar-se conflitos armados de consequências terríveis, lembrando a África a derivar para o conceito de África Útil, a intervenção no Iraque e no Afeganistão, o interminável conflito de Israel com a Palestina, a questão de Caxemira, o terrorismo global, o regresso da pirataria. E tudo agravado pela chamada de Deus ao campo de batalha, quando movimentos islâmicos incluem valores religiosos no seu conceito estratégico. Ocorre-me lembrar a batalha de Lepanto, como referência ao confronto brutal orientado por uma chamada contraditória de Deus ao campo de batalha, para meditar sobre as hipóteses estratégicas do presente, sobre a ameaça do regresso de igual calamidade, tendo sobretudo em vista a relação de Portugal com a conjuntura.

A prospetiva estratégica, no que toca à segurança e defesa, com intervenção militar, talvez deva ser desenvolvida segundo duas perspetivas, que podem eventualmente coincidir ativamente no tempo, mas que, mais previsivelmente, correspondem a definições diferentes das circunstâncias do Estado.

Uma das vertentes, mais ligada ao conceito e à realidade da soberania no sentido renascentista, implica a definição plausível de uma relação entre objetivos e capacidade, como foi a regra na época gloriosa da expansão marítima. O erro de avaliação tem custos severos, como nos aconteceu com o sonho africano de D. Sebastião, mas a intervenção corresponde a um voluntarismo animado pela convicção da capacidade, analisada em recursos humanos, financeiros, e técnicos, de impor a vontade.

Outra perspetiva, que talvez seja a que melhor corresponde à situação atual portuguesa, isto é, à circunstância mundial em que o país se insere, tem em vista a relação do espaço geográfico em que a Nação estaciona, com os desafios que a circunstância lhe dirige, e aos quais pode alternadamente responder com um simples *poder funcional* respeitado, ou com uma *submissão funcional* determinante de custos materiais, e, por vezes, irremediavelmente morais.

Se para a primeira das circunstâncias é exemplo a expansão marítima enquanto pôde ser sustentada, para a segunda também temos exemplos, alguns dolorosamente inscritos na história portuguesa.

Recordemos a expansão europeia para a África, a partir da Conferência de Berlim e da sua doutrina, que teve, da nossa parte, o projeto expresso no Mapa Côr-de-Rosa, apoiado na história, nos direitos que a história consagra, de talhar um domínio de Angola à contracosta.

O que se verificou foi ser um projeto desafiante das propostas de outra potência europeia, a Inglaterra, em relação a um espaço sobre o qual não tínhamos capacidades de implantação, em vista da relação de forças, pelo que foi imperativa a submissão ao *ultimatum*, com a devastação dos brios

nacionais que a história regista. Nesse caso, todavia, o compromisso histórico foi conseguir guardar uma parcela importante do projeto, parcela incluída na definição do vasto Império euromundista que se concretizou, com distribuição de poderes coloniais pelas potências da frente democrática europeia do Atlântico, Inglaterra, Bélgica, França, Holanda, Espanha e Portugal.

A segunda guerra mundial, de 1939-1945, já mostrou outro exemplo de *poder funcional* geográfico, desta vez nos Açores, definido pela circunstância mundial, que apenas nos evitou a formal imposição pelos aliados democráticos, em conflito contra o eixo, pela cedência a tempo, com uma cobertura semântica imaginosa.

Tratou-se de a evolução da guerra não ter cedo mostrado qual lado da contenda tinha a probabilidade confiável de ser vitorioso, sendo que o conservadorismo dominante da sociedade portuguesa, e a forte condenação e receio do soviétismo, animaram inclinações, talvez pragmáticas, no sentido do Eixo que unia a Alemanha nazi e a Itália fascista, ficando registado o conflito de opiniões entre Armindo Monteiro, Embaixador em Londres, e Salazar, Presidente do Conselho.

Quando os EUA, pela mão de T. Roosevelt, decidiu finalmente entrar na guerra ao lado das democracias, a decisão de utilizar os Açores foi para essa potência uma necessidade estratégica insubstituível por outra decisão. Deveu-se à intervenção da Inglaterra, invocando a Aliança secular, que o facto se consumasse com a anuência portuguesa, deste modo evitando a imposição humilhante. O *poder funcional* dos Açores, derivado do conceito estratégico dos aliados, e articulado com as suas decisões para a batalha, permitiram a criação de um conceito sem precedente – a neutralidade colaborante –, que resguardou a dignidade da imagem do Estado, mas de facto foi uma submissão que resolveu as indecisões até ali vividas. O triunfo diplomático esteve na consolidação dessa imagem salvaguardada, em termos de apoiar um processo que, sem que o país tivesse entrado na guerra, o qualificou para aliado fundador da NATO, com, sobretudo, a contribuição do poder funcional dos Açores.

Mas os Açores, fora do contexto da NATO, haveriam de mais uma vez conduzir à submissão imposta pela natureza funcional que o arquipélago de novo assumiu.

Numa data em que a fadiga causada pela guerra no ultramar já estava a ponto de causar a queda do regime da Constituição de 1933, e justamente quando os EUA revelaram de uma forma dura a decisão de não apoiar a política africana portuguesa, iniciou-se a chamada Guerra Yom Kippur, quando o Egipto e a Síria atacaram Israel, municados pela URSS. Estávamos em 1973, vésperas da Revolução portuguesa de 1974, com um governo inquieto e inseguro, que pouco tempo depois entregaria o poder ao General Spínola.

Os EUA estavam envolvidos pelas difíceis circunstâncias daquela guerra, e os países, como a Espanha, onde tinham bases, não autorizaram a passagem dos socorros militares.

Nessa oportunidade, os EUA, ao mesmo tempo que discutiam no Congresso

apertar as medidas de embargo à compra de armas por Portugal e pela África do Sul, fizeram-nos um real *ultimatum*, pela voz de Kissinger (Dear Henry), informando, sem equívoco, que utilizariam as Lajes com ou sem acordo português: desta feita, não foi qualquer criação jurídica que cobriu a submissão, foi antes o sigilo em que o grave incidente ficou resguardado. Esta rutura da legalidade internacional, ainda quando o sistema correspondente estava em funcionamento, implicou que o conceito jurídico de soberania fosse ignorado na sua função de proteger os países mais fracos; por outro lado, a pertença ao sistema deve proteger os mais fracos dessas agressões, por partilharem os conceitos, decisões e riscos da organização, na medida das suas capacidades relativas.

Foi assim que, durante os cinquenta anos de guerra fria, e sempre que a questão dissesse respeito à NATO como aliança, não se conhece nenhum caso em que a dignidade igual dos Estados participantes da Aliança tenha sido beliscada: o desvio para o unilateralismo, assumido por novos governos, como viria a acontecer com o governo republicano de Bush, é que reinstala o risco da submissão derivado do poder funcional.

Longe, passados séculos, da autonomia da intervenção que tivemos na mundialização, e vivida uma história de aleatórias submissões derivadas da simples posição geográfica ou de interesses, é a pertença ao sistema que salvaguarda a integridade possível, sobretudo quando, como agora, o conceito de soberania muda aceleradamente de conteúdo, e se multiplicam os casos em que deixou de ser um conceito protetor dos mais fracos, pela sua natureza jurídica.

Percebemos isso quando decidimos entrar como fundadores da NATO, embora esta não cobrisse os interesses imperiais portugueses; entendemos isso, quando decidimos aderir à Comunidade Europeia, sabendo, por experiência, que Portugal sempre necessitou de um apoio externo para garantir a independência possível em cada época. Se a perda do Império, ajustou a definição dos interesses sobreviventes portugueses ao conceito da NATO, o desaparecimento do inimigo a leste levou à redefinição do conceito da Aliança em termos de provocar a fluidez das solidariedades, com se viu com o unilateralismo que os EUA assumiram, crenes na sua natureza de Nação indispensável, e no fim da história. Mas também a reconhecida necessidade do apoio externo, mais centrado na União Europeia, implicou a evolução da soberania renascentista para *soberania de serviço ou cooperativa*, com transferência de competências para a Europa, ao mesmo tempo que, apesar disso, se degradam as capacidades portuguesas efetivas no sentido de o país vir a ser um Estado Exíguo.

A rapidíssima evolução para o globalismo anárquico, em que nos encontramos, torna evidente que raros países, se algum, podem ter a viabilidade do unilateralismo, o qual implica a vigência do pressuposto renascentista da soberania absoluta, o que hoje não parece ser verdade para nenhum Estado; mais de uma crise, mas sobretudo a crise financeira que se abateu sobre o globo, também demonstraram que nenhum Estado escapa aos efeitos

colaterais transmitidos pelos elos da teia globalista, ainda quando esta rede não está submetida a nenhuma forma de governança; o amparo dos subsistemas políticos, regionais ou com dimensão global, torna-se uma necessidade comum às superpotências, às grandes potências, aos médios e pequenos Estados, também aos Estados exíguos.

Estes últimos, os Estados exíguos, podem não ser os alvos preferenciais, mas são os mais vulneráveis pelos *poderes atípicos* que ganham autonomia específica na vida internacional, com evidência na área financeira, na área da ciência e da técnica, na área dos meios de comunicação social, e na manifestação do terrorismo global.

Todos vão aprendendo que sem articulação em rede, formando regionalizações como a da União Europeia, ou reconhecendo Alianças como a NATO, não é possível reorganizar a governança do globalismo, cuja realidade parece corresponder ao conceito de *anarquia*.

A longa experiência portuguesa torna evidente que a integração em organizações internacionais, com as adaptações da soberania necessárias, lhe é imperativa. Por isso a pertença à União Europeia foi uma escolha sem alternativa, a pertença à NATO, enquanto existir, é um dever e uma necessidade.

Mas, em face da anarquia da governança mundial, vista a emergência de poderes que se encaminham para um lugar igual no quadro das superpotências, como acontece com a China e a Índia, tudo recomenda à debilidade da Europa, sem matérias-primas, sem energia, sem mão-de-obra, sem autonomia estratégica alimentar, discutir como participar, com resultados úteis, na reformulação dessa desafiada governança. É absolutamente inadiável.

A meditação sobre esta circunstância, na situação de crise mundial financeira, com todas as implicações já visíveis na economia real e na paz social, talvez ganhe em clareza se partirmos do reconhecimento do facto de que, como referi, o nosso país está a deslizar para a categoria de Estado exíguo.

Com esta expressão, que utilizo há muito tempo, quero significar que crescentemente mostra enfraquecimento da relação entre capacidades e objetivos do Estado. O Orçamento é uma indicação significativa, e não pode ignorar-se a crescente perda de dotação suficiente para as exigências na área das Forças Armadas, na área da rede da investigação e ensino, na área das representações externas, na área da justiça, na área da saúde, sem demérito para os esforços dos governos. Não se ignora que os efeitos colaterais da crise financeira mundial se refletem na circunstância interna de cada Estado, pelo efeito da interdependência mundial, mas as progressivas carências internas, para responder aos objetivos do Estado soberano, de longe se tornaram visíveis.

Isto significa que a secular necessidade de incluir, no sistema constitucional e político português, um apoio externo sem o qual tal sistema não funciona eficazmente, se acentuou à medida que a globalização se expandiu, e que as redes económicas, financeiras, da informação, da segurança, por vezes se independentizaram da rede dos Estados.

Por isso, com todos os custos presumíveis, designadamente pela transferência de competências para redes transnacionais, a pertença a um grande espaço, como a União Europeia, é irreversível, com o país envolvido nos êxitos e fracassos desse modelo em evolução para uma forma final não identificável por enquanto. As vicissitudes da autonomia europeia de segurança e defesa serão necessariamente participadas.

A complexa hierarquia dos Estados que integram a União, a incerta política do alargamento, e da governabilidade desse alargamento, ainda a duvidosa certeza de ter fronteiras amigas na área da segurança e defesa específica, aconselham a ter uma presença ativa, e uma voz respeitável, em todos os centros de decisão, para que a exiguidade do Estado não tenda para que seja apenas objeto das decisões alheias.

Isto foi conseguido em meio século de proeminência da NATO, e depende sobretudo do saber e da competência dos representantes, não necessariamente e apenas dos poderes e capacidades materiais efetivas. Trata-se do poder do verbo, isto é, do poder dos que não têm poder.

Este aspeto diz respeito sobretudo à formulação de diretivas, de políticas, de seleção de objetivos, pelo que a área interna da investigação, do ensino, do saber, e do saber fazer, se revela como um alicerce fundamental da soberania sobranceira, isto é, com a definição de poder de serviço e cooperação para que hoje tende.

Por exemplo, em face do unilateralismo da administração republicana dos EUA, que agravou toda a conflitualidade mundial contra os ocidentais, o poder do verbo, a conjugação dessas vozes, é necessária para que a solidariedade atlântica não evolua para o modelo tradicional europeu de os Estados vizinhos serem inimigos íntimos.

Neste plano, os desafios a Portugal, no que toca ao poder funcional, são evidentes. Pela geografia, além de estar na fronteira de articulação com a segurança e defesa do Atlântico Norte, historicamente organizada para responder à ameaça soviética, está na fronteira de articulação com a segurança do Mediterrâneo, hoje posta em evidência pela presidência francesa da União, e está na fronteira de segurança do Atlântico Sul, cuja definição não parece dever ser adiada. Não era um desafio quando foi criada a NATO, mas é hoje vital para os ocidentais, com a circunstância, que mais nos toca, de vários países de língua portuguesa estarem envolvidos. Quando a presidência da União pertenceu, no ano findo, a Portugal, a cimeira Europa-África correspondeu a uma visão realista de ter alguma base de resposta para as debilidades europeias que já mencionei. Mas o acento tónico deve colocar-se na segurança do Atlântico Sul, no qual o Brasil ou terá uma intervenção fundamental, ou dificilmente o sistema funcionará. Chamei a este projeto, a *segurança do Oceano Moreno*.

É no âmbito desta questão que se inscreve a problemática da CPLP, a nova janela de liberdade portuguesa no edifício da solidariedade euro-africana.

Neste ponto, com um desafio específico, e de prioridade crescente, que é o da Zona Económica Exclusiva. Não se trata das águas territoriais, nem da plataforma continental: trata-se da gestão dos recursos vivos dessa vastíssima Zona

Económica Exclusiva, parte da Zona Europeia, tudo a tender para uma gestão a cargo da Comissão Europeia.

De novo, aqui nos acode a memória dos ultimatos que nos excluíram de decidir, por falta de capacidade para o exercício. Não se trata apenas do verbo, do poder dos que não têm poder, cada vez mais importante na dinamização dos movimentos da opinião pública mundial. Trata-se do poder efetivo, ou da alternativa intervenção de poderes alheios em nome do bem comum dos países da União. Pode imaginar-se que a retirada do império, também implicaria a retirada do mar dos objetivos estratégicos, reservados, do Estado português. O facto é que, pela segurança, pela defesa, pelos interesses africanos, e pela estratégia dos recursos vivos, ou Portugal vai ter com o Mar no exercício das suas vocação e capacidades efetivas, ou o Mar vem ter com Portugal pela voz dos efeitos colaterais.

É inevitável meditar sobre se a eleição de Obama para a presidência dos EUA vai alterar a conjuntura.

O discurso da posse do Presidente Obama confirmou a previsão de vários comentadores, ao longo da demorada campanha eleitoral, no sentido de que o teor das intervenções destinadas a mobilizar o eleitorado seria modificado logo que os princípios tivessem de ser testados pela realidade da conjuntura mundial e da circunstância americana.

Neste caso, a concisão dos anúncios, o rigor das afirmações, a sobriedade das expressões, resistiram aos vícios do modelo do Estado espetáculo que entra habitualmente em exercício mesmo nas cerimónias que ficam longe do significado e importância da liturgia da posse de um Presidente dos EUA. Falou conhecendo o ambiente mundial de acumulada falta de confiança nas instituições internacionais, e também de desconfiança frequente em relação às instituições políticas nacionais, sentimento que abre caminho a um relativismo dissolvente de alguns alicerces da boa governança mundial, esta em severa crise.

Por isso, uma primeira afirmação estruturante da atitude com que entrou na Sala Oval traduziu-se em assumir que a América é um passado assumido com futuro a definir, reafirmando o orgulho patriótico da herança que serve de plataforma à recuperação da perdida autoridade da Nação indispensável.

Quando lembra o pluralismo das contribuições culturais que se congregaram para a emergência do sonho americano, oferece a paz ao encontro das áreas culturais, lembra que a Declaração da Filadélfia é irrenunciável como padrão da dignidade de todos os homens, mas não omite que a sua visão de uma nova era, de uma nova geração, alimenta a confiança na convicção de que Deus a chamou para moldar o futuro.

O crescente relativismo das sociedades europeias, que tendem para descurar este conjunto de valores, talvez fique desafiado com tal apelo à transcendência, mas é um facto com o qual a reconstrução da solidariedade atlântica vai ter de lidar, ao mesmo tempo que se espera da nova administração americana que redefina o conteúdo do interesse permanente dos EUA pelo qual tem de orientar-se: reconhecendo que, pela natureza das coisas, tal interesse se articula com uma emergência inesperada, que o unilateralismo não é

o método viável, que nenhum país está isolado das degradações ambientais, nem das carências de matérias-primas e alimentares, nem da imprevisibilidade do funcionamento do globalismo, nem inocente de ter contribuído para o desastre que se avoluma.

A articulação dos princípios, proclamados com excepcional capacidade oratória e beleza literária durante a longa campanha eleitoral, com a marcha para efetivação das metas assumidas pela esperança que foi anunciada aos americanos e ao mundo, ainda que seja entendida, como se espera, a autenticidade da intervenção, vai necessariamente defrontar-se com dificuldades de avanço. Incluindo reações de interesses feridos, e não apenas interesses estaduais, também interesses de redes que se estruturaram em termos de produzirem o desastre financeiro e económico global que todas as potências partilham.

Também não será veloz a paz nos teatros de guerra em que a administração anterior empenhou os exércitos, os recursos, e o prestígio, omitindo a devida obediência ao direito internacional que regula os direitos humanos de adversários, feridos, vencidos e prisioneiros.

Se neste último caso a melhor cooperação será a de ajudar os EUA a conseguirem um ponto final honroso, já no que toca à perigosa independentização das redes, o anúncio de que o Estado está de volta promete uma correção indispensável à teologia de mercado que levou ao desastre que tem poucos voluntários para as responsabilidades.

O terrorismo global, que exige uma solidariedade firme, pelo menos dos ocidentais, voltou a trazer Deus para o campo de batalha. A frase final do Presidente – que Deus proteja a América – tem, pelo contrário, a mensagem clara do empenho no restabelecimento da paz, e sem ela não voltaremos ao desenvolvimento sustentado, o outro nome da paz.

Os regimes políticos, com variações específicas, estão sempre num processo de tensão entre as promessas e os problemas suscitados pelo incumprimento, sendo que o valor da confiança, entre a população e as instâncias do poder, responde com variações que vão da sustentação do esforço ao total abandono do apoio.

Os regimes democráticos vivem esse processo de uma maneira mais visível talvez porque a liberdade de expressão não consente a limitação das manifestações de discordância. Uma série de estudos importantes, entre os quais se destacam os de P. Rosanvallon (*Le sacre du citoyen* – 1992, *Le Peuple Introuvable* – 1998, *La Démocratie Inachevée* – 2000) convergem em verificar que a “erosão da confiança dos cidadãos nos seus dirigentes e nas instituições políticas” cresce de importância a merecer, nos últimos vinte anos, a atenção da ciência política, segura no levantamento dos factos, menos segura na enunciação de medidas de recuperação.

A abstenção nos atos eleitorais é um dos indícios mais significativos, com os melhores a recolherem-se ao abrigo da atividade privada, em regra um erro de garantismo porque, sem uma relação saudável com o poder, as consequências negativas da disfunção crescem inevitavelmente em todos os sectores da vida económica, cultural, científica.

Não é provável que “o declínio do político” se desenvolva sem atingir todas as estruturas sociais, e não é possível que a sociedade civil consiga desenvolver um projeto de desenvolvimento humano sustentado quando falha o valor da confiança.

Esperar que o regular funcionamento das instituições políticas seja mantido, que a harmonia das intervenções dos poderes independentes que participam no exercício da soberania seja preservada, quando a desconfiança alastra corrosiva pelo tecido da sociedade civil, pelas articulações dos órgãos diferenciados do exercício do poder político, pela relação entre o eleitorado e os seus representantes, pelas insuficiências entre os serviços responsáveis pelas prestações devidas aos cidadãos e as cotas de indiferença que estes partilham, não parece uma atitude com probabilidade de reencontrar ao fundo do túnel uma luz de esperança de salvação.

A desconsideração recíproca, pública, frequente e alarmante, de titulares das responsabilidades pelo regular funcionamento das instituições políticas e de execução das políticas públicas, agrava a desconfiança com um inquietante golpe naquilo que o jovem Javier Gomá chamou “exemplaridade pública”, ao avaliar “a causa do nosso atual descontentamento”, que filia em duas tendências dos regimes em vigor, o subjetivismo e a vulgaridade.

Independentemente das complexidades jurídicas e dos poderes de cada órgão de soberania, o Chefe de Estado assume de regra, entre os ocidentais, uma função preservadora e mobilizadora da harmonia e regular funcionamento das instituições, tal como incumbe ao Presidente da República na Constituição Portuguesa.

Entre as formas de intervenção previstas, a que se traduz num poder efetivo, sempre de efeitos colaterais dificilmente previsíveis, é a dissolução da Assembleia da República, um poder que tudo aconselha a que tenha um uso excecional e moderado, designadamente pelos custos cívicos, financeiros, e económicos, que acarreta.

Talvez seja de esperar que uma leitura ponderada e mesmo criativa dos textos legais defina outras formas de intervenção que detenham o agravamento da crise geral de confiança, porque sem esta é difícil imaginar que o pior seja evitável.

O FMI, descuidado de ter maneiras, desembaraçou-se a dar conselhos políticos, sem indicar o método. É tempo de o Conselho de Estado ser chamado a acompanhar o Presidente da República na avaliação da inquietante circunstância que envolve o Estado e a sociedade civil, e na definição da ação presidencial mais eficaz no sentido de evitar o progresso da erosão da harmonia e bom funcionamento dos órgãos de soberania, do bom desempenho dos aparelhos de intervenção, e da visível quebra da confiança pública.

A confiança pública é o alicerce indispensável de qualquer política destinada a evitar que a exiguidade do Estado se torne numa debilidade crónica. A restauração do civismo ativo, da Pietas de Cícero, é a primeira urgência.



## UM MUNDO EM ARMISTÍCIO

Uma inquietação permanente, mas guardando frequentemente picos de inquietação pública, é a de compatibilizar, como regra, a coincidência entre a legalidade e a ética, o que em geral significa que a autenticidade da governança, em qualquer dos modelos vigentes, foi atingida em termos de alarmar a sociedade civil. Isso revela que, na sociedade que se mostra atingida, persiste a adesão a paradigmas, que o direito não reproduz necessariamente, mas que se espera não serem violados, sobretudo pelos guardas dos guardas. Entre os que mais se distinguiram modernamente pela busca do que chamam “paradigmas”, isto é, valores que significam um normativo respeitado por essas definições legais, distinguiu-se Hans Küng que foi um teólogo participante, como especialista, no Concílio Vaticano II, e a quem, em 1979, “foi retirada pelo Vaticano a licença eclesiástica”, por ter duvidado da infabilidade do Papa. Contribuiu para a importância dos princípios da “terra única”, isto é sem guerras, e da “terra morada de todos os homens”, onde – como disse à Assembleia Geral da ONU, Paulo VI, o desenvolvimento sustentado seria o novo nome da paz.

A Fundação Ética Mundial, que Hans Küng fundou, é animada por este seu pensamento, hoje de novo posto no centro da discussão sobre o que chamou “Uma Boa Morte”, ensaio que contrariou, mas já traduzido para português pela Relógio d’Água, e que não pode ser ignorado. Não teve a projeção que merecia, na indispensável opinião pública, a reunião na Assembleia da República, em 13 de Abril deste ano, da “Universal Peace Federation”, International Association of Parliamentarians For Peace, com um debate centrado sobre as “Perspetivas para a Paz sustentável na Europa e no mundo: a responsabilidade dos parlamentares”, um evento inscrito em 24 Conferências realizadas entre 2016-2017, em 24 Estados, incluindo os que têm sido mais problemáticos, designadamente a Coreia do Sul e os EUA, respetivamente em 2016, e 28 de Novembro a 1 de Dezembro do mesmo ano, o que significa que os responsáveis não ignoram que o globalismo conduziu a uma arena de conflitos armados, que o direito internacional e as suas instituições não controlam de acordo com os princípios que as últimas pretendem direcionar para a autenticidade, de modo que já se fala sobre a urgência de construir uma “ONU da Paz”. A fundação desta Federação Para a Paz Universal, devida ao Rev. Dr. Sra. Sun Myung Moon, já em Dezembro de 2005, incluiu agora a sessão da nossa Assembleia da República, que teve intervenções de importância a respeitar, destacando, entre iguais, a que foi moderada pela Presidente da Federação das Mulheres para a Paz Mundial, Dr.<sup>a</sup> Marta Rodrigues.

O problema da ética, que tem mergulhado a Assembleia em profunda e esperançosa e proveitosa meditação, não é uma situação singular neste globalismo desregulado. A crise financeira mundial não resultou de um respeito

pela legalidade esperada da democracia americana, longe de continuar com segurança a ser a Casa no Alto da Colina, e basta a situação do Brasil para compreender a oportunidade e importância com que, pelos “Serviços da Política Legislativa para os Média”, se ocupou da XLVII reunião ordinária do “Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), em Novembro passado, e onde Portugal “votou favoravelmente a metodologia para aprovação da “Carta Ibero-Americana de Ética e Integridade na Função Pública”. Do que se trata é de conseguir diagnósticos fiáveis sobre a “integridade nacional”, em “todos os pilares fundamentais da estrutura sociopolítica e económica do país”. De cada país. O aviso é sobre a generalizada falta de autenticidade na governança mundial, a violação do sistema jurídico imaginado para uma “ONU da Paz” no fim da segunda guerra mundial, e em consequência o crescente risco para o “mundo único”. O apelo à ética apoia-se na convicção de que no princípio era o verbo, que tem de impor aos governos a substituição do “verbo eu” pelo progressivamente abandonado “verbo nós”.

É de sublinhar a proliferação da literatura que lida com a intervenção das Igrejas, sem distinção de matrizes, mas com evidente unanimidade, mas não confessada, da necessidade de paradigmas que presidam com eficácia às regulamentações jurídicas imperativas, respeitadas, com renovação, como se fez no fim da segunda guerra mundial, das jurisdições dos tribunais supranacionais. A experiência de Nurembergue não é necessariamente para esquecer, ao ter a coragem de inovar no que toca à retroatividade das leis. A minha conclusão é que estamos num “mundo de armistício”, e vou tentar explicar, neste Centro de investigação e devoção aos interesses nacionais e sua relação com o globalismo, recordando antecedentes essenciais.

Jean Jacques Rousseau, que viveu entre 1712 e 1778, teve como premissa do seu famoso *O Contrato Social*, este conceito revolucionário em relação à estrutura social e política do seu tempo: “o homem nasceu livre e em toda a parte vive aprisionado”, o que Robespierre teve como inspirador da sua revolucionária e sangrenta intervenção na Revolução Francesa (1789) para quebrar as correntes que os ricos haviam imposto aos pobres (Warburton). Embora a lógica de Rousseau incluisse diferenciar entre a “vontade de todos”, que significa o que “cada um quer”, e a “vontade geral”, esta a que correspondia áquilo que “deveriam querer”, e por isso assumisse a legitimidade de obrigar à liberdade os que os que não obedeciam à chamada “vontade geral”, é difícil admitir que, tendo morrido antes da Revolução, viesse a aprovar as violências do seu percurso.

Quarenta anos depois nasceu Carlos Marx (1818-1883), ele próprio tendo passado uma vida pobre, concluiu que no sistema capitalista quem nascia rico estava destinado a ser mais rico, violando o princípio da dignidade que exigia igual para todos, enquanto os que apenas tinham o seu trabalho para vender tendiam para maior miséria, e identificando-se com os operários, condenados a uma vida alienada, acreditava que o capitalismo acabaria por se autodestruir. Quando escreveu o Manifesto Comunista (1848) de parceria com Engels, incitando os trabalhadores à união,

estava convencido de que o progresso ocorre em consequência da evolução das forças económicas, e que a revolução restituiria a todos a dignidade, sendo esta solução a forma de o conseguir. Não é fácil imaginar que tivesse previsto que seria invocado como inspirador do que foi a violência do soviétismo, cujo percurso, descrito com independência, está semeado de crueldades monstruosas. Alguém escreveu que as mensagens foram entregues em direção errada, assumidas por poderes despóticos, que os doutrinadores do pacifismo não conseguiram corrigir os percursos, e por tal erro entramos neste século com um mundo de desigualdades e ruturas, depois de duas guerras mundiais separadas por um armistício e não pela paz, aquela que até hoje não é a prometida paz sonhada: o globalismo em que nos encontramos está, pelo que toca às ameaças da guerra global, em regime de armistício.

As previsões dos grandes teóricos da mudança revolucionária que eventualmente recorreria à violência, mas finalmente tornaria realidade a imaginada Ilha Perfeita que serviu ao Monge Gaunilo de Marmoutiers para contrariar a necessidade da existência de Deus avançada por Anselmo (1033-1109), Arcebispo da Cantuária, continuam a multiplicar as razões para apoiar a má opinião de Thomas Hobbes (1588-1679), mais companheiro intelectual de Maquiavel (1469-1527), o qual tinha uma opinião desfavorável sobre o género humano, que necessitaria de um governo forte, ao qual, por “contrato social”, abandonariam as liberdades em troca de “segurança”, o famoso Leviatã (1651), o monstro Bíblico, imaginado como um Gigante, armado de uma espada e um cetro, figura composta de pequenos seres humanos, todos submissos ao Estado poderoso que o monstro figurava. Apareceu quando a Armada Espanhola tentava invadir a Inglaterra, aventura em que se perdera a parte que era a esquadra portuguesa: não acreditava na democracia, não acreditava na bondade das decisões individuais, não acreditava na alma, fiava-se do que hoje chamaríamos um Estado Totalitário.

É extremamente importante, pelo que toca ao património imaterial da Humanidade, hoje entregue para inventário, defesa, e efetividade à UNESCO, que o homem eleito em nossos dias para Presidente dos EUA repudia, esquecendo a voz contra a vida social, que Thomas Hobbes considerava “sórdida, brutal e curta” (Warburton – 2015), e que a hoje chamada Escola Ibérica da Paz, onde foram reunidos os contributos de Coimbra, de Évora, de Salamanca, trabalho devido aos professores Pedro Calafate e Ramon Emílio Mandado Gutierrez, criticou, e que mereceu ao Juiz António Augusto Cansado Trindade, da Corte Americana de Direitos Humanos, este comentário: “no decurso dos séculos mudaram os vitimizadores, mas as vítimas continuam a ser as mesmas: os povos indígenas em situação de elevada vulnerabilidade. Mas houve uma evolução da consciência humana que hoje faz toda a diferença: a existência de uma jurisdição internacional sobre os direitos humanos...”

Uma vez mais, o despertar da consciência jurídica universal... possibilita aos esquecidos e abandonados do mundo alcançarem a instância judicial

internacional, em busca da realização da justiça” (Sentença de 19 de Março de 2006).

É verdade que, ao lado deste tribunal, pode lembrar-se o Tribunal Penal Internacional, as várias Declarações de Direitos Individuais, todas hoje referidas à da ONU, até as variadas organizações internacionais que se ocupam das iniquidades internacionais, mas a realidade, neste ano da graça de 2018, é que os doutrinadores de uma Humanidade Justa, obtida pelo pacifismo de Rousseau ou pelo revolucionarismo de Robespierre ou Marx, que passaram pela violência extrema na mudança tentada da vida interna dos Estados, e pela desconstrução e reconstrução ensaiada da ordem internacional, ao que até agora conduziram foi a um “mundo de desigualdades”, ainda que os progressos científicos e técnicos, a cultura, o saber, tenham entretanto crescido: nesta data, infelizmente assistindo à celebração da inteligência artificial, isto é, a ciência sem consciência, o que temos é uma sociedade internacional fortemente hierarquizada, a começar pela enfraquecida Carta da ONU com o veto do Conselho de Segurança.

Mas o mais grave de tal desigualdade é que se traduz em que mais de metade dos Estados inscritos na ONU não tem sequer recursos para responder aos desafios da natureza (terramotos, tufões, pestes), sendo certo que muitos deles podem encontrar as raízes da sua débil situação económica e financeira na história da colonização, de tal modo que, como foi dito, “a luta pela igualdade ocupa hoje um lugar central nas mobilizações populares dos nossos dias”.

As perguntas que ocupam os analistas, que não são confundíveis com os titulares e servidores dos Estados Extrativos, dizem respeito à credibilidade debilitada das organizações internacionais, cujo desenvolvimento consente que os pobres morram mais cedo, compreender porque é que a fome é um inimigo vencedor, como é possível que as migrações sejam desafiadoras do cumprimento dos deveres humanitários com a fundada alegação da segurança dos países destinatários em perigo. Não são já as desigualdades sociais internas de um passado que na Europa inspirou a luta social, é o facto de a hierarquia dos próprios Estados, mais dependentes do saber dos Estados Extrativos a agir no globalismo mal sabido, que levam já a falar numa burguesia “híper-burgueses” globalizada.

De facto, o conceito europeu do século XIX, quando a Europa era considerada a “Luz do Mundo”, e os EUA “A casa no alto da colina”, no século e meio que vai de Westefália até ao invocado conceito europeu do século XIX, foi inspirado, sem esquecer os conflitos militares, pela igualdade das soberanias, mas ocidentais, isto é, europeias e atlânticas.

A realidade globalista, não foi resultado do reconhecimento dos valores democráticos, porque a libertação colonial não foi de Nações, foi de territórios cuja população, libertada, tornou visível que o poder herdado era extrativo, não democrático, e que a arena mundial da competição era entre desiguais, que os próprios poderes regentes do globalismo não são todos conhecidos nem titulados por órgãos constitucionais.

A divisão Norte-Sul do Globo, não atingiu apenas, com a desigualdade, os antigos componentes do chamado Terceiro Mundo, atingiu a Europa, atingiu o sul em desordem do continente americano, preocupando-nos especialmente o caso do Brasil, e feriu o próprio Atlantismo, com a política da “América First”, que já começou a romper a solidariedade atlântica. Enfim, para simplificar, a desigualdade dos povos já não opõe, na arena mundial, apenas o Norte-Sul, mas agravam-se em todas as latitudes, incluindo os ricos do norte já temerosos do turbilhão migratório. Tais migrações levam a decisões contraditórias para dentro dos hospedeiros, criando um grupo de pobres mesmo em territórios de ricos, fazendo reviver as contradições étnicas, religiosas e culturais, ao mesmo tempo que a técnica anima o progresso do mercado dos complexos-militares-industriais, sobre os quais Eisenhower deixou um lamento doloroso ao pronunciar o seu discurso do adeus, permitindo inesperadamente que o fraco vença o forte, com o nome de Terrorismo.

No Portugal in European and World History, traduzido entre nós em 2012 (Grupo Leya), escreve, Malin Newitt na introdução, que “quatro capítulos (deste livro) debruçam-se sobre a expansão marítima portuguesa e, qual foi a importância evidente de Portugal no despertar daquilo a que hoje se chama “globalização” que não pode ser ignorado. Três capítulos abordam a importância da estratégia de Lisboa e a luta pelo controlo global desta importante cidade portuária.

Três capítulos focam o importante papel de Portugal nas principais guerras europeias – a Guerra dos Cem Anos, a Guerra dos Trinta Anos, e as guerras napoleónicas – e dois oferecem um comentário sobre episódios da história social e cultural da Europa, a Inquisição e o Iluminismo”.

Adianta que “a adesão de Portugal ao Pacto de Defesa do Atlântico Norte reveste-se de grande importância. Não só os seus 840 quilómetros de linha da costa cobrem a maior parte da Península Ibérica como é também de grande importância a posse dos Arquipélagos dos Açores, da Madeira e das ilhas de Cabo Verde e as suas bases em África”.

Acrescenta que “a NATO fechou os olhos à duvidosa democracia de Salazar devida à importância estratégica de Portugal e das suas ilhas”.

Talvez seja de anotar que a geografia política do texto é já outra, e que a famosa “neutralidade colaborante da guerra” foi resultado de um ultimato americano com base e limite nos seus interesses, um pouco cobertos de dignidade pela invocação do Reino Unido da velha aliança, e pelos seus interesses, limitada tal neutralidade em termos de ignorar o genocídio que os seus inimigos japoneses praticavam em Timor. E recordo isto para não esquecer as palavras imperecíveis de Henry Morre Stepheus no seu “Portugal – A História de uma Nação” (Alma dos Livros, Lisboa, 2017), quando aprecia a circunstância excepcional de Afonso de Albuquerque ser ao mesmo tempo tão notável chefe militar, como justo governador, escrevendo: “A sua memória ficou em tal veneração que os Índios, e até os mouros, costumavam acudir a seu túmulo e aí expor os seus agravos como se estivessem diante do seu vulto, pedindo a Deus que os livrasse da tirania dos seus sucessores”.

Albuquerque, ele próprio deixou expresso nas suas cartas para o Rei, a advertência para que fosse cultivada a justiça, que não fossem tomados como apenas exploradores. Infelizmente, a relação dos ocidentais que nos seguiram no oriente, não escutaram este conselho que foi também objeto, segundo a narrativa de Fernão Mendes Pinto, das palavras de um eremita chinês, que confrontou os atos injustos de portugueses, com estas palavras: “trabalhais por vos pordes em salvo, porque vos afirmo que a terra, o mar, os ventos, as águas, as gentes, os gados, os peixes, as aves, as ervas, as plantas, e tudo o mais que hoje é criação, vos há de enfraquecer e morder-vos tanto sem piedade que só aquele que vive no Céu vos poderá valer”.

A Escola Ibérica da Paz deixou iguais palavras, eloquentes e mal escutadas. E por isso, falharam os pressupostos que orientaram a Carta da ONU, escrita apenas por mãos ocidentais, e que Paulo VI, na Assembleia Geral que o convidou para ali pregar, disse, sem êxito, significarem que “o progresso sustentado é o novo nome da paz”, que João Paulo II ali pregou, duas vezes, contra a situação de perigo do confronto dos Pactos Militares que diminuem a liberdade da ONU, e que finalmente o Papa Francisco ali foi pregar em nome do princípio de que, na oração que nos ensinou, Jesus não disse “Meu Pai”, mas sim “Pai Nosso” para a “Terra casa comum dos homens”, estão em suspenso. O que acontece é que a União Europeia enfrenta uma crise que a obriga a organizar a “segurança e defesa comum”, alertada pela vice-presidente da Comissão, a solidariedade atlântica está ameaçada pela incompetência de um presidente que ainda sugere que os EUA são “A casa no alto da Colina, com a terra ameaçada, pela primeira vez na história da Humanidade de ser destruída pela cascata atômica nas mãos de dois homens que nunca ouviram a advertência de Bismarck, segundo o qual uma simples leviandade pode causar uma catástrofe, países como a Rússia regressam à memória do passado para recordar que a sua fronteira de interesses é mais vasta do que a fronteira geográfica, com a Alemanha a ajudar à falta de um conceito estratégico da União por não decidir, também pelo peso da memória, se quer uma Alemanha Europeia ou uma Europa Alemã, com a China a incorporar no seu projeto nacional recuperar as águas territoriais que deixou faz séculos de navegar, com centenas de milhares de crianças a entrarem em combates do Cairo a Cabo, com a irradiação da fome chamada já de “voto piedoso”, com os mitos raciais acrescentados pela crescente islamofobia, com o turbilhão muçulmano a transformar o Mediterrâneo num cemitério, com o ocidente a substituir “o credo dos valores” pelo “credo do mercado”, com o desenvolvimento da inteligência artificial a esquecer a necessidade de manter a relação entre ciência e consciência, embora ainda seja visível o esforço do uso pacífico da submissão da energia atômica, mas repudiando o parecer e aviso dos sábios que fizeram a primeira experiência, a competição pela terra arável, as mudanças físicas assustadoras do planeta, a desordem na América Latina, a falta de segurança organizada do Atlântico Sul, tudo enfim demonstra que o “Mundo Único” é uma ilusão à procura da “ilha maravilhosa”, e que a situação mundial é de “armistício”, não é de “paz da Humanidade”. Por

isso me tem parecido que o sentido de responsabilidade ocidental, sempre no que respeita ao poder, levou ao erro de adotar o Testamento de Luís XIV que deixava ao herdeiro a certeza da paz na Europa. Nestas circunstâncias é que se torna mais evidente a necessidade de, não apenas as organizações supranacionais terem conceitos estratégicos coerentes, mas que os Estados membros igualmente os definam.

O Presidente da Comissão Europeia, na apresentação ao Parlamento Europeu de O Estado da União em 2017, com a proposta de ministros da União, e de fundir a presidência da Comissão com a presidência do Eurogrupo (que não tem cobertura legal), de um Ministro das Finanças, e do reforço das relações internacionais, inevitavelmente, não deixando de citar o Brexit do Reino Unido, também espera organizar uma verdadeira União Europeia de Defesa.

Tudo corresponde ao facto, bem-vindo, de finalmente a União ter descoberto que tem circunstância. Mas isto tem como corolário que os Estados membros, com larga experiência histórica da sua própria circunstância, tenham que repensar pelo menos duas questões: que mudanças serão necessárias no seu irrenunciável “conceito estratégico de conteúdo variável” para se articular com o que venha a ser reformulado no que respeita à União, o sentido da governança, e na medida em que o proclamado seja cumprido com anuência dos Estados membros, e com autenticidade de todos os participantes que, diferentes na hierarquia do poder real, respeitem e defendem a igual dignidade.

A experiência histórica, que espanta os historiadores que hoje avaliam a distância entre a dimensão de Portugal e a grandeza da tarefa mundial que levou a cabo, aconselha a não deixar apagar, seja qual for a evolução da União, as fidelidades às entidades exteriores a esta, como a CPLP, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, e até a dispendiosa aliança inglesa, com Brexit ou sem ele, pelo menos pela exposição exógena em que nos encontramos no Atlântico Sul. Estamos seguramente numa época em que o imprevisto está sempre à espera de uma oportunidade.

E todavia, nesta situação global de armistício, não de paz, está ao alcance dos nossos deveres saber que a democracia, como regime político, não tem apenas que definir e assegurar os direitos e deveres individuais, tem igualmente que definir e assegurar a dignidade e especificidade cultural das instituições, como são as Forças Armadas. Recentemente, e referindo-se a reformas do internacionalismo regional europeu, o General Ramalho Eanes declarou o seguinte, em entrevista à Revista do Expresso, de 3 de Fevereiro de 2018: “a sua preparação é notável, visando a competência, a responsabilidade, a eficácia. Mas não se olha para as Forças Armadas, o seu perfil institucional ou as suas capacidades disponíveis, que podem ser utilizadas no país”.

Isto não tem apenas que ver com as Forças Armadas, tem que ver com o igual respeito pela entidade e especificidade ética, das instituições, tal como é exigido para os cidadãos. Terminarei com um exemplo que julgo inteligível para todos os cidadãos, hoje com múltipla cidadania, segundo a evolução

internacional, porque são desejadamente *cidadãos europeus*, e cidadãos da “terra casa comum dos homens”.

Cada unidade Nação-Estado precisa de um conceito estratégico nacional, eixo da roda das diferenças, e daqui o “interesse estratégico permanente, de conteúdo variável”.

O Hino Nacional foi do partido republicano contra a afirmada defesa insuficiente da Monarquia contra “os bretões”, que nos agrediram com o Ultimato, apagando a “legitimidade histórica da expansão colonial” com o princípio da “ocupação efetiva”, apelando nós aos Heróis do Mar. Transformando-o em Hino Nacional da República Democrática, diplomaticamente substituiu-se a referências aos Bretões pelos “canhões” contra os quais era necessário lutar, e foi cantando a Portuguesa dos Heróis do Mar que sofremos os sacrifícios da guerra de 1914-1918, em França, em Moçambique, em Angola; foi cantando o hino dos Heróis do Mar que, na II Guerra Mundial sofremos novo ultimato que levou à criação da categoria, sem passado nem futuro, da neutralidade colaborante, que serviu a aliança ocidental, mas com total esquecimento do genocídio dos timorenses pelos japoneses; foi cantando o Hino dos Heróis do Mar que se fez a guerra do ultramar, parcela do Império Euromundista, sem que a gestão política aproveitasse o tempo que a instituição militar apenas garantia para as reformas necessárias; foi cantando o Hino dos Heróis do Mar que se instalou, e hoje se celebra em todas as instâncias oficiais, o 25 de Abril.

O Hino dos Heróis do Mar exprime o eixo da roda que é o interesse nacional permanente, de conteúdo variável mas assegurando e convergência na unidade institucional das diferenças, com um comportamento que a Pátria contemple.

Na circunstância da “terra casa comum dos Homens”, que não é de paz, e parece antes de armistício, é dever não esquecer o imperativo do Hino dos Heróis do Mar, que a Pátria contemple.

# PORTUGAL NA CONJUNTURA MUNDIAL

1 - Não faltam registos de intervenções notáveis de servidores da ONU, que na história a escrever farão parte de uma sustentada Escola de Ética Global, a qual, como aconteceu com os doutrinadores portugueses e espanhóis do tempo das descobertas e conquistas, não viram ainda muitos resultados do poder da palavra sobre a palavra do poder. Mas a visão do globalismo que orientou as estruturas da ONU foi exclusivamente de pensadores ocidentais, e a realidade entra em conflito com a simplicidade semântica da identificação do globalismo, sem ter conseguido até hoje identificar a complexidade das redes que se entrecruzam, e por isso sem listar, por desconhecimento, os centros de poder efetivo, sobretudo financeiros que imaginam o credo do mercado como o único paradigma global.

O corolário traduz-se em que a confiança na estrutura legal internacional diminui, ao mesmo tempo que autores respeitados, mas sem conseguir oferecer remédios, se preocupam com a Ética das Relações Internacionais, como fazem exemplarmente Ryoa Chung e Jean-Baptiste Jeangene Viluoer, dirigindo o cidadíssimo volume *Ética das Relações Internacionais* (2013) seriando e sistematizando as correntes sobre a estratégia, a economia, a crise ambiental, o movimento das populações, lidando com a definição das existentes, ou em falta, políticas públicas globais. Infelizmente parecem acentuar-se, designada e especialmente na Europa, a distância entre o estudo académico e as propostas de estratégia política do saber, os programas oficiais das propagandas assumidas, no uso desse poder político, para depois o exercício ser dominado pelas circunstâncias que surpreendem as planificações proclamadas e frequentemente esquecidas.

A soma de desastres, cujas consequências depois se desenvolvem por inesperados caminhos, como aconteceu com o Iraque, o Afeganistão, a Líbia, e que agora aterrorizam com o aparecimento do autointitulado Estado Islâmico, estão a exigir uma revisão do estudo da Estratégia, como fazem Freedman ou Strachan, que não pedem a formulação de grandes teorias, antes aconselham o pragmatismo, sem dispensar a revisitação da história nos seus períodos mais desafiantes.

É evidente que o globalismo, não obstante a ignorância que ainda o rodeia, obriga a regionalizações, novas estruturas, por muito que um pensamento americano persistente não abandone a convicção de que a sua hegemonia é a resposta indispensável para manter e evitar um mundo sem qualquer polo de referência, o que uma corrente pessimista não espera conseguir, fazendo referência ao eventual fim de uma ordem americana mundial. Perante esta divisão insanável de opiniões, parece não haver dúvidas sobre que a Europa mostra uma grave debilidade de recursos financeiros e simultaneamente fraca visão unitária de um conceito estratégico.

É por isso que a temática da segurança e defesa ocidental, capaz de renovar a solidariedade atlântica, requer uma atenção que não será apenas exigida pela ameaça terrorista, mas que procura ajudar a responder à debilitação não apenas das organizações internacionais, mas da própria ordem jurídica internacional, que será sempre um amparo de referência, mesmo quando a realidade a desafia ou vai mais longe e a desrespeita. Encontram-se referências pessimistas no sentido de que o direito internacional não conserva sempre a origem nos Estados, para obedecer a arranjos informais entre poderes nem sempre identificáveis. Um pessimismo que provavelmente é influenciado pelo pouco recomendável crescimento da privatização da defesa, procurando também em interesses privados a fonte inspiradora das novas regras setoriais. Se a ordem mundial exige recuperação, os pequenos Estados, designadamente todos os do sul da Europa, necessitam pelo menos de preservar ter voz nas decisões, cujos efeitos sofrerão mesmo que não participem.

**2** – Visto ser esta a conjuntura externa no seu traço mais saliente, conviria lembrar alguns elementos fundamentais da conjuntura interna, na qual avulta o desconcerto da visão nacional do seu passado, sem avaliação do qual não é fácil definir um conceito estratégico de resposta. Serve-me de referência suficiente a discussão em crescendo sobre a decisão de qual será o nome de um Museu anunciado como das descobertas, e logo centrado pelos que rejeitam o conteúdo daquela designação, e preferem um Museu da Escravatura, ou com designação mais imaginosa de desprestígio. É evidente que a presença do passado assumido é um alicerce fundamental para desenhar o projeto de futuro de qualquer povo, e esta querela é inquietante quanto à sustentabilidade, por qualquer governo que enfrente a conjuntura desfavorável que comecei por referir. É por isso que não posso deixar de sublinhar que, sobretudo tratando-se de um País com a importância que Portugal teve na evolução para o globalismo em que nos encontramos, que o amor a uma Pátria não se define a “benefício de inventário”, critério da irresponsabilidade no direito sucessório patrimonial das famílias: ama-se pela contribuição para o Património Imaterial da Humanidade, e por isso relação com progresso efetivo do que hoje chamamos Direitos Humanos.

Às próprias instituições de segurança e defesa, em que no primeiro plano estão as Forças Armadas, não é possível deixar progredir esta deturpação da História de Portugal no Mundo. Para dispor de um pressuposto de autoridade e independência, julgo poder recomendar a leitura de historiadores estrangeiros sobre esse tema para fortalecer o ânimo de contrariar a tendência pessimista. Neste sentido recordarei Suzanne Chantal, com a sua História de Portugal, já de 1960, que aqui viveu longos anos.

Diz de nós portugueses o seguinte: “Vê-los-emos, no decurso dos séculos correr mares e continentes, casar-se em todo o lado, em grandes tipos humanos novos – cabo-verdianos, luso-índio – brasileiros – mas prevalecendo sempre o sangue português”. “Uma cordial fraternidade leva-o a misturar-

-se, sem hostilidade, nem repugnância, nem preconceitos, com os seres mais diferentes dele, a compreende-los e a amá-los”.<sup>1</sup>

Também não faltam anglo-saxónicos maravilhados com o que chamam “milagre” de um dos mais pequenos Estados europeus ter construído, na sua época das descobertas, um dos maiores impérios do mundo. Para não prolongar este indispensável comentário explicarei, para ajuda dos inquietos, que as descobertas foram nossas, e não apenas do até então ignorado caminho marítimo para as Índias, mas das correntes marítimas, dos ventos, da construção naval, de diferentes culturas, etnias, e religiões, e até da escravatura e transporte de escravos ao longo da África, em que hoje avulta a curiosidade pela Rainha Ginga: sempre primeiramente guiados pelos interesses materiais da Coroa, a que a Ordem de Cristo, sucessora dos Templários que o Rei D. Dinis inocentou, e que pondo à disposição do Infante D. Henrique capitais e fé, juntaram ao projeto a difusão da fé. Quando hoje beneficiamos do recente trabalho dos Professores Pedro Calafate e Ramon Emílio Mandado Gutierrez, que intitularam “Escola Ibérica da Paz” (Edição da Universidade Cantábria, 2014), vemos que os Mestres que ensinaram nas Universidades Portuguesas, entre 1511-1594, Martin de Azpicueta, Martin de Ledesma, Fernando Perez, Luís de Molina, Pedro Simões, António de São Domingos, Juan de la Pena, Serafim de Freitas, o todo como que encontrando a luz mais brilhante, no incomparável Padre António Vieira, anteciparam de séculos princípios que apenas se vulgarizaram depois das Revoluções Americana e Francesa, e que ainda hoje são frágeis pelo crescimento neste século XXI dos que Charles Derber chamou “A maioria deserddada”, a exigir, na enunciação de John Micklethwait e Adrian Wooldridge, “A quarta Revolução – A Corrida Global para reinventar o Estado”<sup>2</sup>. E por isto, aconselharia os estudos de Henry Morre Stephens e Roger Crowley, com os seus livros, respetivamente, Portugal, a História de Uma Nação (2017) e “Conquistadores, Como Portugal Criou o Primeiro Império Colonial” (2016), para enfrentar com ânimo a conjuntura presente.

**3** – E neste ponto julgo de salientar que a evolução política mundial, que conduziu à crise de “governança”, e, como mais vezes tenho insistido, se traduziu em que o globo se transformou numa “arena global” de conflitos entre os quais avultam os económicos mas não faltam os de guerra, faz com que Portugal se encontrasse numa situação de “Estado Exógeno”, isto é, submetido a efeitos de decisões em que não participou ou não influenciou, de “Estado Exíguo”, isto é, a lutar com *falta de recursos* para cobrir as exigências da governação responsável, sofrendo no seu estatuto internacional o facto de entrar num “Mundo de desigualdades” (L’Etat du Monde, 2016) segundo a avaliação conduzida por Bertrand Badie e Dominique Vidal. As organizações,

---

<sup>1</sup> Suzanne Chantal, *História de Portugal*, Barcelona, Editorial Surco, 1960, pg. 10.

<sup>2</sup> Charles Derber, *A maioria deserddada*, Circulo de Leitores, Lisboa, 2015; John Micklethwait e Adrian Wooldridge, *A quarta revolução*, D. Quixote, Alfragide, 2015.

mundiais na definição, tendem para não corresponderem, a começar pela ONU, aos princípios da Carta que proclama a fé na “igualdade de direitos dos homens e das mulheres”, assim como das “Nações grandes e pequenas”, porque “a Organização é fundada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros”: a China, substituída durante anos no Conselho de Segurança por Taiwan, as guerras do Iraque e do Afeganistão, a tragédia da Síria, transformou tais dogmas em verbalismos; não obstante as intervenções dos capacetes azuis em vários lugares, a sociedade internacional encontrou-se anarquicamente hierarquizada, o que a própria França e Reino Unido experimentaram na Crise do Suez de 1956, podendo aceitar-se que “a desigualdade vigora como princípio fundamental” (Charillon).

Quando as sociedades civis, cuja pertença a Estados Descolonizados chamados independentes, se multiplicou, muitos que são mais de metade dos inscritos na ONU, não conseguem lutar contra a fome, contra a doença, contra a degradação do ambiente, tudo resumido em que “os pobres morrem mais cedo”, acontecendo que mesmo nos países ocidentais não há muitos governos desse mundo que consigam responder às migrações descontroladas pelos conflitos locais de que a Síria é exemplo, entre os chamados “emergentes” acontece que na Índia as desigualdades de casta não diminuem significativamente, a China eliminou o clássico marxismo e acentuou a diferença entre ricos e pobres, não faltando uma exceção europeia, o Luxemburgo, que forneceu o Presidente à Comissão Europeia, e submetido à investigação levada a cabo por um Consórcio Internacional de Jornalistas, mostrou-se um feliz parceiro de discutíveis práticas fiscais.

A desgovernança levou Daniel Inneraty, Prémio de Ensino Miguel de Unamuno, a iniciar o seu recente estudo sobre “*transformação da política*” (Lisboa, 2002), a afirmar que “num mundo que parece mais complexo e incompreensível do que os anteriores, compreender é um bem escasso”.

**4** – Nesta circunstância do bem escasso que é “a compreensão”, não posso deixar de lembrar o falecido Professor Padre Manuel Antunes, um dos mais lúcidos, senão o mais lúcido, dos observadores sobre a evolução da Europa, por tanto tempo autoconsiderando-se “a luz do mundo”.<sup>3</sup> E chamo a atenção especialmente para o capítulo II, do seu livro, intitulado “Repensar a Europa”, que, em seu parecer, atingira “o seu grau zero entre 1945 e 1950”. Depois da II Guerra Mundial, da Guerra fria, e finalmente da queda do Muro de Berlim (1989), a Europa ocidental tinha aparentemente consolidado a União Europeia, o Império Euromundista (Holanda, França, Reino Unido, Portugal) tinha desaparecido, a metade da Europa submissa por meio século ao sovietismo juntava-se a Europa de meio século de democracia.

Nesta data, pertencendo Portugal à Europa (1 de Janeiro de 1986) tem de assumir os riscos que nesta data são mais visíveis, fazendo o balanço das vantagens e riscos. Em primeiro lugar, dentro deste globo ao mesmo tempo hierarquizado e anárquico, a consciência cívica, hoje profundamente

ligada ao modelo democrático europeu, necessita todavia de repor a igualdade de estatuto real dessa igualdade, depois do humilhante período de verdadeiro protetorado, e aprofundar o sentimento cívico de que a democracia não é apenas composta de *cidadãos* mas também de instituições, que igualmente exigem respeito pela sua dignidade específica: é o que acontece com as Universidades, com as Academias, ocupadas do saber e do saber fazer, defendendo-se do contágio pelo avanço da inteligência artificial que corresponde a uma “ciência sem consciência” porque, como observou Tolstoi, a ciência diz-nos os factos mas não o que devemos fazer; é o que diz respeito às Forças Armadas, num Reino que foi obra de soldados, e que hoje não pode facilmente distinguir entre segurança externa e interna, porque as formas de agir variam a ponto de o fraco desafiar o forte (caso das Torres Gémeas como exemplo); é o que acontece com a Igreja, não podendo ser esquecida a advertência de Shuman de que “o século XXI ou será religioso ou não será”.

As observações vindas das instituições apontam para a necessidade de uma atenção mais prestante, sobretudo na data em que a União, em relação à qual é útil voltar a Manuel Antunes, mas que está ameaçada pelo Brexit britânico, pela quebra da dedicação ao Atlantismo manifestado pelo governo dos EUA, pelos mininacionalismos com o caso da Espanha a inquietar-nos. Tendo sido o único Estado a que, descolonizando a sua parcela no Império Euromundista, com uma guerra como todos os outros sofreram, foi o único a uni-la por uma CPLP (sobretudo por diligência do Brasil, mas contributo dos esforços iniciais da Sociedade de Geografia como lembrou o Embaixador José Aparecido de Oliveira quando da cerimónia no Centro Cultural de Belém, em que me deu a honra de citar o meu nome), e esse património exige uma diplomacia especialista, à qual não faltam excelentes elementos, para evitar situações incómodas como esteve a acontecer com a justiça angolana; defender o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, seguimento de uma proposta que eu próprio fiz no Instituto de Gilberto Freyre, no Recife, mas a que deu seguimento o Presidente Sarney do Brasil. São elementos de um poder a valorizar, designadamente para não ignorar o *poder funcional* que resulta da nossa situação geográfica, umas vezes funcionado a favor, outras fazendo crescer os desafios.

Nesta data o desafio da segurança do Atlântico Sul, em que destaco sobretudo o Triângulo Brasil, Portugal, e Arquipélagos, não pode deixar esquecer o Hino Nacional que se manteve para além da mudança de regimes políticos. Persistente em lembrar a específica importância das Forças Armadas no conceito estratégico nacional que espera definição consistente.

**5 – Já depois de organizado este texto, o imprevisível Presidente dos EUA, supondo-se legislador universal, decretou que a Embaixada dos EUA**

---

<sup>3</sup> Padre Manuel Antunes, Portugal, a Europa e a Globalização (organização de José Eduardo Franco), Bertrand Editora, Lisboa, 2017.

em Israel seria numa Jerusalém que declarou cidade unificada sob a soberania daquele Estado. O passivo em vítimas, umas por terem morrido, outras por terem sido feridas, mais por desfazer de esperanças, são um pedestal da autossuficiência do Presidente dos EUA, e da gravidade da desarticulação provocada na frágil estrutura da ONU e da União Europeia.

Num ano, este de 2018, em que se multiplicam as eleições, nelas estarão envolvidos Estados em que os judeus são historicamente objeto da forte discriminação. O problema da segurança e paz mundial torna-se mais problemático e desafiante. Por isso é mais exigente a do conceito estratégico nacional, incluindo a segurança nacional.

O debate sobre a renovação do conceito estratégico nacional, que envolve necessariamente a Estratégia de Segurança Nacional, tem o seu ponto crítico de revisão, depois da longa época das descobertas e conquistas, no Ultimatum Britânico de 1890, que implicou a substituição do “direito histórico” em que o projeto português, com expressão no “Mapa Cor-de-Rosa” assentava, pelo princípio da “ocupação efetiva”. A resposta, a cargo de uma geração de que Mouzinho de Albuquerque ficou como símbolo, e uma linhagem em que se encontram Manuel Fernandes Tomás, Sá da Bandeira, Andrade Corvo, e Luciano Cordeiro, não impediu um sentimento de humilhação, que levou ao suicídio de Serpa Pinto, uma andorinha que não fazia a sonhada primavera, de Santo Antero, depois de perder a fé, de passar fugazmente pelo socialismo, pela maçonaria, pelo iberismo, e suicidar-se em público, de Mouzinho, cavaleiro da Rainha, a suicidar-se desanimado, da mudança para o regime republicano, que no processo inclui o assassinato do Rei D. Carlos e do jovem Príncipe herdeiro, com o Almirante Reis, líder da revolução republicana, também a suicidar-se supondo-se vencido, e proclamando “já não temos portugueses”.

Por isso Unamuno nos chamou o país de suicidas. Mas a crise encontrou, para a defrontar, em homens, para além dos já citados, como António Eanes, Paiva Couceiro, Eduardo Costa, Ferreira de Andrade, Aires de Ornelas, Brito Camacho, Norton de Matos, e, acrescentando-se as mudanças de regime, os que enfrentaram a Guerra de 1914-18 em França, em Moçambique, em Angola, e, na reta final do regime da Constituição de 1933, João Belo, Armindo Monteiro, Lopes Alves, Vicente Ferreira, Eduardo Marques, Sarmento Rodrigues. Foi neste regime que a fórmula, sem passado nem futuro possível, da Neutralidade Colaborante, a qual teve na origem um Ultimatum americano, e que esqueceu Timor onde os japoneses praticavam tranquilos um genocídio, que o movimento descolonizador da ONU, depois da paz, colocou um ponto final no Império Euromundista, cujos participantes, Holanda, Bélgica, Reino Unido, França, e Portugal, perderam as respetivas parcelas, todos com perdas militares severas, incluindo Portugal com a guerra colonial que levou ao 25 de Abril. O século XX, mais que a invasão Napoleónica que levou à reformulação do país para uma estrutura monárquica plural – Reino de Portugal, Brasil e Algarves – pondo um ponto final no antigo conceito estratégico, do que foi chamado, em nossos dias,

o milagre do talvez menor país europeu ter construído um dos maiores impérios seiscentistas, que a renovação do conceito estratégico nacional, de que a estratégia de segurança nacional é uma componente fundamental, inquieta talvez mais as iniciativas da sociedade civil e académica, do que dos partidos políticos responsáveis pela governação.

Sem prejuízo deste comentário, sobretudo Nelson Lourenço; que dirigiu os estudos da Faculdade de Direito da Universidade Nova, não deixará morrer a memória de Luís Fontoura, que presidiu, pouco antes de morrer, à comissão que, no Instituto da Defesa Nacional, organizou um projeto de conceito estratégico cujo texto está publicado, e por mim acompanho-o na recordação.

Neste movimento, o Instituto Português da Conjuntura Estratégica, hoje dirigido pelo Almirante João Manuel Lopes Pires Neves, publica neste ano de 2018, o XXVI volume de ensaios, e Universidades como a Católica de Lisboa, a do Minho, a de Aveiro, e dos Açores, foram incluindo estes temas nos seus currículos. Não podia faltar a dinâmica Universidade Nova, que enriqueceu o seu dinamismo de excelência, com a criação do Instituto de Direito e Segurança, onde se integra o Grupo de Reflexão Estratégica sobre Segurança, encontrando no saber, dedicação, e sentido, na, pelos EUA chamada Estratégia do Saber, a liderança de Nelson Lourenço, um timoneiro de excelência. Ocorre-me relembrar que se não fosse a iniciativa de D. Dinis, criando a Universidade, e a esquadra com o primeiro Almirante de que este ano se festejam 700 anos de nomeação, não teríamos tão cedo, como na crise do fim da primeira Dinastia, a comprovação que Lord Acton só enunciou no século XIX, que a regra é o Estado formar a Nação e não o contrário.

A intervenção da Universidade portuguesa, sem esquecer iniciativas dispersas da sociedade civil, fica agora enriquecida, e assim como o pensamento nacional, com esta oportuniíssima iniciativa, nesta data em que o globalismo transformou o mundo numa arena em que a própria ciência sem consciência, consente que governantes irresponsáveis, pela primeira vez na história da humanidade, possam desencadear um conflito capaz de destruir a própria Terra, sonhada “como mundo único” e “casa comum dos homens”.

Bem hajam.



## A ARENA GLOBAL

Quando terminou a I Guerra Mundial, em 1918, e foi assinado o Tratado de Paz, criada a Sociedade das Nações, e posto em execução, por influência do Presidente Wilson dos EUA, a regra de que o modelo da reorganização política europeia seria o de Estado-Nação, destruído o então modelo Imperial (Alemanha, Austro-Húngaro, Rússia, Turquia) o Marechal Fernando Foch, segundo a tradição, terá comentado: “isto não é uma paz.

É um armistício para 20 anos”. Nesse tempo a Europa seria considerada a “Luz do mundo”, que veria apagar cada uma das velas do conceito, e se a II Guerra Mundial viu consagrada a realidade do Ocidente, também foi com a proeminência dos EUA na hierarquia das potências, e considerando-se “A Casa no Alto da Colina”.

Neste lado ocidental, a Europa, guiada por homens tocados de santidade, procurou de novo uma paz sem vencidos, uma convicção de Jean Monnet, mas sobretudo pela prometida fidelidade ao pensamento que uniu três grandes Estados: a França, a República Federal Alemã e a Itália, pensamento que explodiu de esperança quando finalmente caiu o Muro de Berlim e findou a “guerra fria”, com o triunfo do talentoso Vaclav Havel, elevado à Presidência da República Checoslovaca, a servir de símbolo da esperança global. Aconteceu porém que, à margem dos Tratados, das esperanças proclamadas, da vitória dos aliados ocidentais que assim esqueciam que o dia da paz tinha sido anunciado por jornais franceses como “esta alegria coberta de lágrimas”, que em 6 e 9 de Agosto de 1945, tinham caído as primeiras bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, no Japão. E assim se ia definindo a desatenção de que, à margem dos proclamados grandes princípios que a ONU representava, da prometida descolonização do chamado “terceiro mundo”, da criação das Jurisdições Penais Supraestaduais proclamando leis retroativas que puniram os crimes contra a humanidade e, também retroativamente, puniram a obediência acrítica dos chefes militares vencidos, tudo em nome dos “direitos humanos” iguais para todas as culturas, etnias, e religiões, o avanço da ciência e da técnica, em direção à inteligência artificial, nos encaminhava para uma “ciência” sem “consciência”.

Quando, em Abril de 1955, reuniu a Conferência de Bandung que Sukarno chamou a reunião de “Les peuples muets du monde”, não foram muitas as previsões de que ali estava um ponto de partida para inutilizar muitos dos sonhos de paz da ONU, nem que, como já escrevi, era o livro de Karel Capek, chamado A Guerra das Salamandras, que anunciava o fim da hegemonia europeia, e que era G. Orwell quem, desde 1949, demonstrava que não era errada a observação de que agora a fé era a que dava pelo nome de ciência e técnica, inspirando a busca de um futuro melhor, coisa que escritores como Skinner, Percival e Paul Goodmann, ou David Riesman, se apercebiam ter relação surpreendente que se anunciava para o confronto entre a técnica e os

valores, compreendendo que os poderes nascentes tendiam para escapar a controlos institucionais. Fiz a síntese desse tempo e preocupações em 1964, com as seguintes palavras: “falaram-nos, com Aron, de um mundo industrializado, onde a máquina substituía o músculo e o computador tomava o lugar da memória, ao mesmo tempo que definhava esse ópio dos intelectuais chamado ideologia; descobriam, com Galbraith, a sociedade afluyente dispendo de recursos para qualquer projeto e lutando por vezes com falta de imaginação para criar projetos mobilizadores de recursos; inquietavam-se, seguindo Marcuse, com o facto de que a realidade poderia determinar uma nova utopia alienante, por meio da ciência e da técnica, aconselhando a corrigir pela revolta a natureza unidimensional a que o homem fora conduzido pela inversão da relação entre a produção e o mercado, e criando uma sociedade na qual o trabalho, incluindo o socialmente necessário, pudesse organizar-se em harmonia com as necessidades e as ambições intuitivas dos homens”.<sup>4</sup>

De facto, a evolução foi no sentido do que Amin Maalouf chamou “El desajuste del mundo”, com esta premissa recolhida de William Carlos Williams (1883-1963): “Man has survive hitherto because he was too ignorant to know how to realize his wishes. Now that he can realize them, he must either change them or prier”.<sup>5</sup> De facto, começando pelos Direitos Humanos, que a ONU, com a sua Declaração, proclamou universais, o certo é que, neste 2018, o que temos é “*um mundo de desigualdades*”, em primeiro lugar porque a herança da descolonização não foi a de Estados Democráticos, mas sim de *Estados Extrativos*. A razão, insisto, é que as Democracias do Império Euromundista o que legaram foram modelos de Estados Extrativos, com o poder concentrado no Governador, Vice-Rei, Alto Comissário, conforme as tradições, e não a divisão democrática dos poderes, e, de regra, os movimentos inspirados em Bandung foi esse poder que ambicionaram, tomaram, e passaram a exercer: o resultado é que a luta contra a fome não regista vitórias numerosas, os pobres estão expostos às degradações ambientais e à condição de morrerem mais cedo, mesmo nos países libertados que são sede de velhas civilizações, as desigualdades de castas, como na Índia, vão sendo lentissimamente atenuadas, a China, Império do Meio, em regime dito de inspiração marxista, está dividida entre uma China dos Ricos e outra dos Pobres, na África, do Cabo ao Cairo, os conflitos armados exigem a intervenção de milhares de menores, crescendo a literatura inquieta, e cada ano mais numerosa, com a síntese alarmante de Benjamin Witts e Gabriella Blum, num livro intitulado *The Future of Violence* (2016), com esta sentença: um novo mundo onde “vous pouvez être attaqué partout – et par presque n’importe qui”, ao mesmo tempo que o mundo académico, como acontece entre nós, assume as desafiantes questões estratégicas, incluindo o domínio das informações nas democracias, porque se tornou inquietante e urgente o estudo do ne-

---

<sup>4</sup> Adriano Moreira, *Estudos da Conjuntura Internacional*, Edições Dom Quixote, Lisboa, 1999, pg. 23 e sgts.

<sup>5</sup> Amin Maalouf, *El desajuste del mundo*, Aliança Editorial, Editions Grasset de Fasquelle, 2009, Espanha.

cessário “Estado de Segurança Nacional”, um tema em que se distinguiram Mary Anne Heisse e Michael G. Hogan, e entre nós não apenas as escolas militares, mas cada vez mais Universidades.

Em resumo, sobretudo depois da crise econômica e financeira que atinge o globalismo, as desigualdades são um dos temas mais desafiante da atualidade, com a desordem a atingir extremos com o turbilhão das emigrações causadas pelo desaparecimento da vida habitual, com o volume das vítimas a transformar por exemplo o Mediterrâneo num cemitério, e com o facto de mais de metade dos Estados que pertencem à ONU não terem sequer capacidade para enfrentarem os desafios da natureza, terremotos, inundações, secas, pestes, e lutas violentas entre grupos etnicamente ou culturalmente com identidades diferentes. Mas os avanços técnicos, com o anúncio terrível do bombardeamento do Japão, implicaram com a hierarquia das potências, e com valores fundamentais como o das fronteiras dos Estados, dando relevo, na temática das relações diplomáticas, às diferenças entre *Influência e Hegemonia*, na incerta fronteira entre diálogo e conflito.

A discussão sobre a influência, por vezes com o nome de soft power, ganhou importância pela problemática identificada pela ciência política do nosso tempo internacional. Mais correntemente fala-se, como disse, sobretudo do “soft power”, ao qual deu grande relevância o teor da ação internacional preferida pelo Presidente Obama, mas o conceito começa a ganhar uma abrangência maior, que obriga a identificar e definir uma ação preventiva internacional, a qual resulta infelizmente da frequência com que a própria mundialização da economia provocou acidentes inquietantes que alarmam a gestão dos poderes governamental e judicial. As práticas ilícitas desta também chamada influência são frequentemente ligadas ao público exercício, mesmo legal, da propaganda das novidades das grandes empresas, da luta pela conquista dos mercados captando a aliança do poder político, violando eventualmente a legalidade do procedimento, que esse exige respeito pelo interesse e legalidade públicos. Tem porém outra face, também nem sempre pública, que diz respeito às relações políticas internacionais, não com intervenção regular da diplomacia em todas as suas vertentes, mas de maneira secreta, incluindo serviços especializados dos Estados, elegantemente consideradas, quando conhecidas, como versões ou desvios do acolhedor soft power.

A atual presidência dos EUA anda rodeada de acusações, que de resto nega, de envolvimento nessa versão, surpreendentemente com o antigo adversário, a agora emergente Rússia. Embora esta, no regime que caiu com o Muro de Berlim, mantivesse uma clara e ativa desconfiança e defesa contra os métodos dessa autonomizada prática, o “conceito de política externa”, afirmado pelo presidente Putin, desde 2013, fez apelo ao “poder doce”, se é assim que pode traduzir-se a sua expressão para “soft power”. Por isso tem intensificado os meios, de que a extinta URSS afirmava desconfiar serem armas dos adversários militares e políticos estrangeiros contra ela, erguendo Fundações (Rousskii Mir) em defesa e propaganda da língua, organizando

portanto centros culturais, ou centros para a cooperação humanitária que tantas áreas do mundo requerem, designadamente contra os ataques da natureza em revolta, e não só pelos defeitos da estrutura social e política, não estando ausente o que toca ao mundo desportivo, no que respeita sobretudo ao recurso, para a construção da boa imagem, que hoje é mundial, do Estado, em que essa intervenção avulta neste 2018.

A outra potência emergente, que vai subindo na hierarquia das potências, não apenas pela entrada na arena mundial de competição financeira e comercial, mas também militar, é a China, a qual não descarta o soft power, que no seu Livro Branco sobre política externa, aparecido em 2007, expressamente afirma adotar o método. É evidente, como nos sublinha o especialista académico Fridéric Ramel, que esta via de ação, cuja importância começou a ser doutrinada por Joseph Nye num ambiente escurecido pela infeliz aventura mal acabada do Iraque, implica a convicção de que o declínio das grandes potências, já evidente para o seu próprio país, será assim melhor combatido e com resultados mais positivos, não pelos meios militares utilizados com fraca avaliação da realidade da circunstância internacional. Foi o que inspirou Paul Kennedy quando estudou o “Nascimento e declínio das grandes potências” em 1980, quando o conceito de potência estava a ser obrigado pela realidade a mudar de definição, porque já eram evidências que nem o discurso enérgico nem o poder militar eram elementos componentes suficientes para o preencher, tudo exigindo ganhar tempo e espaço com o poder da influência (soft power).

O prestígio da intervenção de Nye tem crescido à medida que “a capacidade do fraco” pode infligir desaires à “capacidade militar do forte”, e a importância de meios como os da informação, das fundações, de atração pelos centros de formação e investigação, e assim por diante, atrai as imitações e as solidariedades, e também dos serviços secretos. Países que são exógenos nos campos tradicionais do poder internacional, ou atingidos pela exiguidade quando os recursos são inferiores aos deveres do Estado, têm vantagem em usar e avaliar com sabedoria esta técnica da influência, com legalidade, designadamente, quando acontece, como é o caso de Portugal, que a língua e a tradição lhe abriram um campo de ação de benefícios largamente partilháveis. Circunstâncias como as que rodearam a deterioração das relações com Angola, têm como consequência previsível os efeitos negativos no capital de influência que está implícito na solidariedade da própria CPLP, sem que seja possível avaliar publicamente, até agora, a probabilidade da influência negativa no destino da pregada importância atlântica do triângulo Angola, Brasil, Portugal, sem descuidar o que é já evidente na área da cooperação económica, e, se não for sanada a discordância, ter de voltar a admitir alguma experiência dos retornados.

Nesta fronteira instável entre a influência e o diálogo surgiu o fenómeno novo, apoiado nos progressos da técnica, da agressão do fraco contra o forte, como aconteceu com o tremendo ataque às Torres Gémeas de Nova York, que, entre mais efeitos negativos, inclui o renascer dos *mitos raciais*

contra os quais a UNESCO desencadeou um importante combate, e agora acrescentados com o mito *antimuçulmano*, que agrava a difícil articulação na União Europeia entre a segurança e os deveres humanitários para com o turbilhão dos refugiados. Um tema que afeta, neste ano de 2018, a unidade europeia, em vista da pluralidade de eleições previstas, designadamente com as diferenças entre os Estados da meia Europa de 50 anos de experiência democrática e a meia Europa de experiência de submissão ao soviétismo. Todavia, mais parece que superior a todos os perigos, é o que resulta da multiplicação de países com acesso à bomba atômica.

Quando a chamada Segunda Guerra Mundial (1939-1945) chamou os EUA, atingido pelas armas do Japão, a assumir a participação na defesa dos ocidentais, os sábios americanos contribuíram com a posse do poder atômico. É certo que os investigadores responsáveis, depois da experiência a que procederam dos resultados obtidos, declararam, e aconselharam, ao que parece, que tal poder militar nunca fosse utilizado. Não foram atendidos, e o terrível bombardeamento do provocador Japão, causador de uma pavorosa destruição de pessoas e bens, imediatamente o obrigou à submissão de vencido.

Todavia, esta experiência, mais demonstrativa do que o aviso descuidado dos investigadores, teve dois efeitos: a tentativa de evitar o pluralismo de detentores soberanos deste poder, e o facto de os EUA serem o único Estado sabedor de que a tentação de usar a bomba move o poder político que o tenha conseguido.

A política de prevenção contra a multiplicação de titulares foi adotada, com esquecimento de que o saber, e o saber fazer, em todos os domínios, dificilmente deixam de circular, umas vezes porque naturalmente são um património comum da humanidade, mas sempre ameaçados, em todos os domínios, pelo credo do mercado. Juntando-se aos pregadores do otimismo, R. Wright (Non Zero. The logic of Human Destiny, 2001), acompanha a convicção de que a evolução está orientada para uma meta, ou, pelo menos, dirige-se a fins benéficos, independentemente de variáveis medioambientais contingentes. Pensamento reduzido a esta afirmação fundamental resumida pela sua divulgadora teóloga Ilia Delio: “a história progride numa direção previsível e aponta para um fim determinado: um mundo de crescente cooperação entre os seres humanos, em que a cobiça e o ódio já não tenham utilidade”.

Nesta data, que desafia a doutrina e pregação de todos os pacifistas, incluindo, quanto aos ocidentais, um Friedrich Krause, esperançoso da Aliança da Humanidade, ou de Coudenhove-Kalergi e Otão de Habsburgo ao menos para os europeus, a evolução inclui uma Cascata Atômica, que junta os que possuem esse poder, os que têm a capacidade de o obter, e os que fazem um esforço considerável para chegarem ao grupo. Infelizmente, neste ano da graça de 2018, a ainda considerada mais poderosa potência mundial que são os EUA, e um dos mais pequenos Estados nascidos da descolonização, que é a Coreia do Norte, ambos dão sinais inequívocos de que a Cascata Atômica chegou a um ponto sem precedente histórico: está pela primeira

vez nas mãos de homens, com alianças contraditórias, a destruição da própria terra. As duas últimas guerras mundiais, pelos destroços que causaram, pareceram ser uma chamada imperativa e obedecida ao conceito de Aliança da Humanidade, mas não parece que esse espírito seja o capaz de clarificar o pensamento, e a relação, dos principais Estados das novas confusas hierarquia e ordem em que o mundo vive. Não apenas é reduzida a confiança, por razões diferentes, que a comunidade internacional deposita nos dois principais dirigentes em confronto, como por vezes parece que na sua memória perduram lembranças do conflito que dominou o século passado entre democracias ocidentais, democracias populares soviéticas, nazismo, fascismo, mitos raciais. O perigo cresce enquanto decresce o respeito pelos princípios que orientaram a paz, a criação da ONU, a União Europeia, a igual dignidade das culturas, das etnias e das crenças. A questão do Catar, de tão inoportuna proximidade da reunião do G20, talvez desvende formalmente os objetivos, a estudar com cruciais atenções, e a exigirem acordo na articulação, mas o ambiente dificilmente inspira suficiente confiança, que, para começar, exige retomar a leitura e praticar os princípios que constam dos textos da Carta da ONU., e da Declaração de Direitos. Que pelo menos concordem sinceramente em que a Cascata Atômica não pode continuar a ser a maior ameaça de um ponto final na possibilidade de um futuro. Já é suficiente que pelo menos metade dos Estados inscritos na ONU não tenham capacidade de responder aos desafios da natureza, em que um dos mais responsáveis gestores mundiais não acredita. O mundo das desigualdades cresce, em contradição com o avanço da ciência e da técnica, esta a cooperar na violação e negação das proclamadas igualdade e dignidade das Nações, sendo impossível responder à insistente pergunta sobre quem governa o mundo. É urgente repensar os princípios, antes que a desordem opte por um ponto final, com a cascata atômica em mãos não confiáveis.

O reconhecimento da tradicional hierarquia das potências, não apenas pela decadência da maior enquanto sobe o poder de emergentes, fez deflagrar um conflito entre a *memória* histórica, e os inconvenientes da falta de governança do globalismo. Temos como exemplo o facto da Rússia, pela voz de Putin, ter declarado em sessão pública, rodeado de generais, à sombra de imagem da Águia Bicéfala reproduzida, que a sua fronteira de interesses é superior à fronteira geográfica, e suponho que tinha presente a proclamação da Igreja Ortodoxa, que não foi extinta pelo soviétismo, quando declarou que a Primeira Roma caiu (invasão dos bárbaros), a Segunda Roma caiu (invasão dos turcos), mas a Terceira Roma (Russa) não cairá: as conquistas territoriais são suficientemente elucidativas.

Na Europa, o crescimento da distância entre os eleitorados e os governos, a evolução das propostas de reforma feitas pelo Presidente da Comissão, no sentido de reunir a Presidência dessa Comissão com a presidência do Conselho, sendo o titular eleito por sufrágio universal europeu, parece mais inspirado pela ameaça divagadora dos populismos, enquanto a Alemanha, que nunca esqueceu a superioridade do seu projeto nacional, não

decide entre uma Alemanha europeia, ou uma Europa alemã assistindo ao enfraquecedor Brexit do Reino Unido e aos micronacionalismos, como acontece na Catalunha, a servir de inquietante exemplo. No que respeita ao atlantismo, a instável ação americana, com o elementar slogan America First, versão oficial dos anúncios comerciais em que o atual presidente foi versado, para esquecer o nosso Abade Correia da Serra quando, por carta, anunciou a Jefferson, que a América teria o controlo do Norte do Continente e o Brasil o do Sul. O diálogo de surdos, e de liberdade linguista, com a Correia do Norte, pode caminhar para emenda, mas até agora não anuncia mais que um armistício, enquanto Trump continua a praticar a rápida mudança de membros do seu governo, ao sabor do seu estado de espírito. A solidariedade atlântica está enfraquecida, e por isso repetirei palavras que aqui tive ocasião de pronunciar.

Visto o esforço conhecido do rearmamento das forças chinesas, e a política lembrada da recuperação de um poder marítimo que abandonou há séculos, a conclusão de Nye é que a iniciativa Cintura e Rota da China lembra ao mesmo tempo Marco Polo e Makinder, este o teórico britânico que defendeu que quem controlasse a Eurásia controlaria o mundo. Não faltam críticas esperançosas no sentido de que, escreveu o Financial Times, a iniciativa “é mais uma ampla visão política do que um plano prático para o investimento”, e politicamente foi por isso adiantado que os países asiáticos, que temem o crescimento da China, se aproximam dos EUA o que hoje parecia mais duvidoso, também no que respeita à União Indiana, ao Japão, e ao Vietnam.

Esta situação traz para primeiro plano o problema da Europa no que respeita à defesa comum, numa data em que o turbilhão muçulmano lhe bate à porta, não apenas pelos conflitos que decorrem na sua fronteira, como pelo conflito das migrações que fazem chocar os deveres humanitários com a segurança, esta posta também em situação desafiante pela guerra que não assume o nome, que é o terrorismo, isto quando o Brexit do Reino Unido leva consigo, se consumado, o maior exército e a maior esquadra europeus. Os ataques recentes do terrorismo, em Londres, em Paris, em Bruxelas, os ciberataques, a possibilidade de o fraco vencer o forte, o declínio da solidariedade atlântica, agudizam o problema da segurança e defesa europeias, como já foi declarado pela Vice-Presidente da Comissão Europeia, responsável pela segurança e defesa, que o coloca no primeiro plano, exigindo difíceis recursos financeiros e melhoria do sentimento de fidelidade ao europeísmo. A consciência disto está na estratégia global definida no Plano de Ação Europeia de Defesa, logo exigente de um Fundo Europeu de Defesa. Formalmente não implica com a relação com a NATO, nem com esta implica ainda suficientemente o Presidente Trump.

Portugal, pequeno e sofrendo dos efeitos negativos exógenos, e das dificuldades económicas e financeiras que o atormentam, não pode deixar de acompanhar o problema europeu de defesa e segurança, até porque esta condiciona gravemente a sua imagem neste globo agitado. Nesta situação de globalismo, sem governança mundial que o racionalize, que organize uma

prevenção não apenas diplomática, ou de autoridade da ONU, mas também de prevenção judicial, existe um perigo, esse global e unificador do risco de toda a terra e povos, que é a corrida ao poder atómico. Quando os investigadores dos EUA conseguiram criar a bomba atómica, e procederam a experiências, recomendaram, repito, que nunca fosse usada.

Os EUA são assim o Estado que melhor sabe que a posse desse poder tenta o uso, e as consequências bárbaras. Quando todos os povos sofrem as crises climáticas, quando o comércio das armas condiciona as relações internacionais, surgem os ciberconflitos; mas os acordos e tratados contra a proliferação da posse do poder atómico, em nada impediram a situação em que nos encontramos: porque não apenas membros do Conselho de Segurança, EUA, Rússia, França, o possuem, como o antigo Terceiro Mundo, juntando os titulares ou pretendentes, como o Irão, Israel, União Indiana, enfim, o que foi chamado a ameaça “da cascada nuclear”, tem um risco já evidentemente instalado: a imprevisão da política dos EUA, o conhecimento da total ausência de princípios da Coreia do Norte. Isto obriga-nos a meditar seriamente que os grandes conflitos começam por vezes com um motivo fútil (1914-1918), e que a situação é a de, pela primeira vez na história, os Estados terem o poder de destruir o planeta. Não posso assegurar o significado, mas é um fato que, por cinco vezes, a Assembleia Geral da ONU convidou o Papa católico (Bispo de Roma) a assumir a tribuna: primeiro Paulo VI que deixou o aviso de que o desenvolvimento sustentado é o novo nome da paz; por duas vezes João Paulo II a defender o “credo dos valores” contra o “credo do mercado” e o avanço do “sovietismo”; depois o Papa Emérito a pedir a observância dos princípios do “mundo único” e da “terra casa comum dos Homens”; e finalmente o Papa Francisco, curvado ao peso do passivo dos abusos cometidos contra a natureza, contra os direitos humanos, contra a vida. Talvez a Torre da Babel seja o antecipado retrato da perigosa situação que vivemos, nesta “Arena Global” em que se transformou o globo. Os reflexos na situação de Portugal, em que frequentemente tenho insistido, exige uma forte determinação no sentido de que não se ama a Pátria a benefício de inventário, nunca pode esquecer-se que a democracia assenta em cidadãos livres, mas também em Instituições Respeitadas, e nestas destacam-se as Forças Armadas, sempre referidas no mantido Hino Nacional cantado depois das mudanças dos regimes.

## DO MAR PORTUGUÊS AO MAR OCEANO

O tema do Mar Oceano, que é o dominante deste encontro, é debatido num período da história em que o globalismo, sem governança, enfrenta um conflito de interesses com poucos iguais precedentes: compatibilizar a igual dignidade dos Estados com a ambição da hierarquia dos Estados; conseguir que desapareça, ou rapidamente diminua, a distância entre comunidades ricas e comunidades desamparadas, o que se evidencia no facto de mais de metade dos Estados membros da ONU não tenham sequer capacidade para responder aos desafios da natureza (inundações, terremotos, tufões, epidemias); conseguir que o princípio da igualdade dos homens, das culturas, das religiões, não seja violado pelo renascimento ou fortalecimento dos mitos raciais (negro, mestiço, ariano, muçulmano); tornar definido e respeitado o valor do “Património Comum da Humanidade”, que a chegada à Lua colocou em evidência, ao lado da preocupação atual com o novo regime do Mar Oceano.

Estas, que não são as únicas contradições que o globalismo enfrenta, sublinho que, não obstante o direito internacional promulgado, o globalismo se desenvolveu sem governança, e que a urgência do tema resulta, entre mais causas, de o enfraquecimento dos órgãos criados e responsáveis pela ordem mundial, os mostrar em decadência, a começar pela ONU; que as jurisdições internacionais exigem ser mantidas com respeito pelas decisões, e que, finalmente, os princípios do “mundo único”, isto é, sem guerras, e da *“terra casa comum dos homens”*, que são premissas não escritas da Carta da ONU e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sejam aplicados com autenticidade. Estamos, como escreveu Amin Maalouf, num *“desajuste do mundo”*, quando *“as civilizações se esgotam”* (2009). As constantemente invocadas redes responsáveis pela segurança das interdependências mundiais conduziram à situação de os recursos do globo não acompanharem as exigências de subsistência das massas populacionais perspetivadas a curto prazo. Ao mesmo tempo que a terra e os seus recursos vão mostrando uma relação negativa, chegando ao esgotamento, entre recursos e gente, a capacidade de a destruir está pendente das decisões de poucos responsáveis políticos, que podem desencadear um desastre final, consequência de uma simples levandade, como advertiu Bismark no seu tempo. A urgência de *“reformar a arquitetura mundial”* (D. Vital) é uma medida preventiva inadiável, as divisões de projetos e ambições entre potências que defendem a proeminência, potências emergentes, potências falidas, e população sem poder, exigem o reconhecimento ativo do princípio da *“terra património mundial”*, incluindo os mares, o que exige governança mundial legitimada, e observância rigorosa do direito. O multilateralismo criado está *“paralisado desde a criação”* (Albert Thomas), e, como de longe sustentaram Léon Burgean, Albert Thomas, ou Aristides Briand, *“apenas uma solidariedade social internacional poderá promover a paz moderna. Era então suficiente pensar nisso; convém*

nesta data repensar”. Tal “repensar”, nas circunstâncias atuais, tem como exigência evidente, a definição básica do património comum da humanidade, o que os autores da ONU incluíram no citado conceito de “mundo único”, sustentado não pelos que distinguem o *eu* do *tu*, mas reconhecem que o exato é “*nós*”. “Nós”, os titulares do património comum da Humanidade, um sentimento lentamente aceite e praticado pelo Direito Internacional, em que se destaca *The Law of The Sea* da ONU, que não impediu que o Mar património comum da Humanidade até agora tenha caminhado para “lixeira comum da Humanidade”.

A urgência de colocar o *credo dos valores* acima do *credo do mercado* é absolutamente evidente, porque não se trata apenas do *saber* mas sobretudo da *sabedoria do agir*.

Não posso deixar de destacar, com um prestígio que ilustra todos os intervenientes, o que este tema deve ao Doutor Mário Ruivo, com uma vida inteira dedicada a este domínio das ciências, e dos interesses da Humanidade, e também não omitir a referência justa às Universidades Portuguesas, a dos Açores que o distinguiu com o título de Doutor Honoris Causa, e ainda acrescentarei outras como a Universidade de Aveiro e a Universidade do Algarve, e finalmente o Instituto Superior Naval de Guerra, no qual tive a honra de ser professor talvez mais de trinta anos, e que foi extinto com prejuízo para a redefinição de um conceito estratégico nacional de regresso ao mar. O saber desses oficiais anda civicamente ao devotado serviço das instituições universitárias interessadas que os não dispensam. É isto que me leva a recordar escritores como Molyneux (2017), que consideraram um mistério que a talvez “mais pequena Nação Europeia” tenha construído o maior império do século XVI”, acompanhado por outros como Bailey W. Diffie (1960), ao ocupar-se, este, de Portugal antes do Infante D. Henrique. A resposta de cientistas, pensadores, e poetas, vai no sentido de que foi o Mar que fez Portugal, com sacrifícios que levaram Fernando Pessoa a dirigir-se-lhe clamando “ó mar salgado, quanto do teu sal são lágrimas de Portugal”, Sofia de Mello Breyner a afirmar que, depois de dizer “sim” ao destino, “os oceanos depois devagar te rodearam”, e que Fidelino de Figueiredo lhe chamasse “*cais de embarque*”, todos acompanhados por observadores atentos da vida portuguesa, como foram Andrade Corvo, Basílio Teles, Teixeira de Pascoais, nenhum ignorando o conceito de Camões de sermos “a cabeça de toda a Europa”, no lugar “onde a terra se acaba e o mar começa”.

Esta relação da identidade portuguesa com o Mar, assenta no saber da chamada Escola de Sagres do Infante D. Henrique, no empenho da Ordem de Cristo sucessora portuguesa dos perseguidos e liquidados templários, e na coragem, saber, e decisão de navegadores em que sempre distingo Bartolomeu Dias, que por três vezes partiu para a Índia e morreu no Mar, sem nunca lá ter chegado, mas sem desistir, ficando o seu nome para sempre ligado ao conceito de “mar nosso”, que o Tratado de Tordesilhas, de 7 de Junho de 1494, consagrou, “em nome de Deus Todo Poderoso, Padre, Filho e Espírito Santo, três pessoas realmente distintas e separadas, e uma só essência divina”.

A perspetiva mudou com a mudança das circunstâncias, como disse Ortega, e talvez deva considerar-se Hugo Grotius (1583-1645) como o doutrinador que afirmou o princípio da liberdade dos mares, contra a autoridade do Papa Alexandre VI, que definira a fronteira das áreas de ação de Portugal e Castela pela Bula Inter Caetera, publicando o seu livro *Mare Liberum* de 1609, e depois enriquecendo a literatura jurídica com os famosos estudos *De Jure Belli ac Pacis*, ou *The law of War and Peace*, escrito entre 1620-1625. Apelou à *lei natural* “que nem um Deus a pode mudar”, sendo necessário esperar por Kant (1724-1804) para que tais ideais adquirissem o relevo da sua filosofia moral. Um terceiro ponto da imagem da relação de Portugal com o Mar está no movimento que levou à formação do Império Colonial Euromundista da Frente Atlântica, que durou até à declaração anticolonialista da ONU.

O início dessa expansão colonial levou Portugal a sofrer o Ultimatum do Reino Unido, de 1890, que substituiu o *Direito Histórico* pelo facto da *ocupação efetiva* dos territórios. Nasce aqui, com o Hino Nacional Republicano, a consagração dos *Heróis do Mar*, que ainda hoje é cantado, lembrando a gesta heroica que é agora encaminhada para mais do que a definição do “Domínio Público Internacional”, mas sim o Património Comum da Humanidade. Comparando a definição, atualmente em construção respeitada, com a da Rainha Isabel da Inglaterra, em 1520 contra o Rei de Espanha, temos de reconhecer que a circunstância mudou profundamente a perspetiva. A referida proclamação diz: “o uso do mar e do ar é comum a todos, e nenhum título sobre o Oceano pode pertencer a qualquer povo ou indivíduos, visto que nem a sua natureza, nem o interesse geral, permitem qualquer posse do ar e do mar”.

Mas é contra os abusos violadores da proclamada e reclamada comum liberdade, que agora se tenta definir e fazer efetivamente respeitar o Mar Oceano como património comum da Humanidade: e não se trata apenas de recursos necessários para a sobrevivência com dignidade do género humano e das suas instituições, trata-se, em primeiro lugar, de estabelecer a paz jurídica que a guerra viola, e o interesse desconhece, de impedir a criminalidade crescente, e, que o sonho do “nunca mais”, que orienta a proclamada paz da II Guerra Mundial, não conseguiu impor, derivando para uma situação que não dá esperança, á geração que atinge a idade da despedida, de com ela melhorar o legado. Infelizmente a ONU foi organizada apenas por ocidentais, na errada convicção de que poderiam construir uma paz com base aristocrática, e aparecem no Conselho de Segurança com o direito de veto e o poder de tomar “decisões obrigatórias”, destacando assim a superioridade dos EUA, da Rússia, da França, do Reino Unido, com a China abusivamente representada por Taiwan, e dando a igualdade a todos os componentes da Assembleia Geral, mas esta apenas com direito de votar orientações.

A realidade da notável circunstância, neste ano da graça de 2018, é que os EUA saíram da Comissão de Direitos Humanos, abandonaram a UNESCO guarda do Património Imaterial da Humanidade, tratou a NATO com critério contabilístico, faz da diplomacia uma arte de ameaças, agudiza o risco da

cascata atômica alternando a Coreia do Norte com o Irã, julgou-se no direito de intervir na Palestina, ignorando as decisões da ONU, impondo a definição jurídico-política de Jerusalém ignorando a responsabilidade pelas consequências que começam a ser medidas pelo número de mortos; isto quando Putin declara que as fronteiras russas de interesses são mais vastas que as fronteiras jurídicas, e logo exemplifica pela ação, e finalmente a China, o Estado agredido que nunca se ocidentalizou, que sempre se chamou Estado-Civilização, com raízes milenárias, que é o mais notável dos emergentes, que regressa à reivindicação do espaço marítimo que deixou de navegar antes da chegada dos navegadores portugueses, e que tem já a imagem de ser a emergente que virá ocupar um dos primeiros, senão o primeiro, lugar da hierarquia das potências.

Estamos na situação de poder atingir a dignificação do Mar Oceano como sendo finalmente parte principal do Património Comum da Humanidade, ao mesmo tempo que paira o risco da cascata atômica destruir o Planeta por simples leviandade de titulares de poder político.

Nesta circunstância também o pacífico Portugal está envolvido, não apenas pelos valores que cultiva, mas pela situação geográfica que o não dispensa de participar no triângulo de segurança do Atlântico Sul, tendo em vista o Brasil, Angola, Portugal, e os Arquipélagos, ao mesmo tempo que a estabilidade da segurança do Atlântico Norte enfraquece com o crescente afastamento dos EUA da identidade Atlântica, que é a NATO. A definição do Mar Oceano como fator de o desenvolvimento sustentado ser o novo nome da paz, como Paulo VI esclareceu perante a Assembleia Geral da ONU, pressupõe a paz efetiva, valor que os analistas da estratégia consideram violada com a verificação de que – há guerra em toda a parte. A primeira condição do êxito de tanto esforço, saber, sabedoria, dedicação, e até sacrifícios, exige que a paz não seja violada, ou que o direito seja violado pelo poder e ambição efetivos. E para tal é de lembrar que não é apenas Grotius o inscrito na longa série de doutrinadores da paz, mesmo no tempo das descobertas e da ação deste Portugal que sendo tão pequeno criou tamanho Império, expandiu o Ocidente, mas também o direito protetor da Humanidade. Lembrado para que não venha de novo a acontecer, como no período da expansão colonial dos ocidentais, que os direitos sejam substituídos pelos do poder efetivo. E para esse efeito se deve recordar que não é apenas Grotius que estará presente no esforço de fazer com que o *poder da palavra* vença a palavra do poder.

Esta relação de Portugal com o mar não se traduziu apenas na epopeia das descobertas, nem do triunfo das armas de um Afonso de Albuquerque, de um D. João de Castro, de um Francisco de Almeida, em primeiro lugar porque, como disse Petrarca, “É raro que a adversa fortuna / não se oponha às grandes empresas / porque se relaciona mal com a intrepidez”. O intervalo Filipino (Reis de Espanha e Portugal) foi uma das provas de lucidez de Petrarca, assim como pode anotar-se que um capitão como D. João de Castro receberia de comentário real, quando salvou Diu, que “se João de Castro

venceu como cristão, triunfou como pagão”, de facto, como anota Suzanne Chantal, escrevendo cartas para o Reino, “expondo o drama da Índia, onde se perdem mais cristãos do que ganham almas pagãs... morrendo nos braços de Francisco Xavier”. É em 1572 que Luís de Camões publica o seu poema épico chamado *Os Lusíadas*, em vésperas da batalha de Alcácer Quibir, no Norte de África, uma obra sem a qual Portugal seria outro, mas que é uma antecipação do fim de uma epopeia que desembaraça a evolução do Mar Português para o Mar Oceano, de que nos ocupamos. Mas além da epopeia, que não escapou ao vaticínio de Petrarca, há o legado para hoje chamado Escola Ibérica da Paz.

A documentação organizada, trabalho sobretudo dos Professores Pedro Calafate e Ramon Mandado Gutierrez, com chancela da Universidade de Cantábria, abrangendo o período de 1511-1696, e explicitando o ensino das Universidades de Coimbra, de Évora, de Salamanca, antecipa em séculos o primeiro elo do progresso que chegou à Declaração Universal dos Direitos Humanos, e à visão do globalismo que ocupa este Congresso com a definição do Mar Oceano, articulando o valor do “Património Comum da Humanidade” a caminho de satisfazer as carências de recursos, com o “Património Imaterial da Humanidade” protegido pelo “credo dos valores” que inspira os trabalhos e convicções desta reunião.

Os nomes dos investigadores e doutrinadores do Mar Oceano, somam-se aos de Francisco de Vitória, de Domingos de Soto, de Melchior Carmo, de Afonso Vera Cruz, de Martin Aspigueta, de Fernando Pérez, de Luís de Molina, de António São Domingos, de Juan de Pena, de Serafim de Freitas, do nosso padre António Vieira. São muitos, excessivos, os alarmes sobre a integridade do próprio globo, da “terra casa comum dos homens”, da terra como “mundo único”. À voz destes homens que tinham resposta para a pergunta de Tolstoy sobre “ações com sentido”, que Max Weber, no notável estudo sobre a sociologia das religiões, enumerou orientados para um “caminho para o verdadeiro ser”, “caminho para a verdadeira arte”, “caminho para a verdadeira natureza”, “caminho para o verdadeiro Deus”, “caminho para a verdadeira felicidade”, isto é, para a “ciência com consciência”, a bem de “todas as criaturas”, sem distinção de etnias, de culturas, de religiões.

Todos habitantes desta “terra, casa comum dos homens”. Não estamos autorizados a ignorar que os objetivos desta “ciência com consciência” estão sempre condicionados pela circunstância da paz, e que está sujeita às levandades lembradas por Bismark.

De toda a aparelhagem internacional que existe, e vista a fraqueza e incerteza da maior parte, destaca-se o crescente recurso à justiça preventiva dos Tribunais Transnacionais, até hoje discretos, respeitados, em regra obedidos. A criação de uma Jurisdição Transestadual seria prudente nesta área vital para o próprio globo. O espírito de Nurembergue pode ter de ser invocado.



## PORTUGAL E O MAR

A relação secular de Portugal com o Mar, cujo ponto histórico de referência na definição de um conceito estratégico nacional está no Plano de expansão formulado pela Dinastia de Aviz, tem essa relação essencial com o interesse nacional, mas também com uma dinâmica que em primeiro lugar levou à mundialização das interdependências, e, no século XX, às exigências prementes de uma redefinida governança dessa mundialização. A geração que, nesta entrada do Milénio, se prepara nas Academias Navais para servir a Marinha, inicia as suas responsabilidades num ponto de rutura que é extremamente desafiante para os interesses nacionais. Os responsáveis políticos pela formação que as escolas atuais assumiram, foram participantes ativos durante o esgotamento da governança mundial anterior, que se traduzia no que tenho chamado Império Euromundista, porque todo o poder supremo da governança mundial esteve repartido entre potências ocidentais, soberanias especialmente sediadas nas margens do Atlântico, e nem sempre guardando entre si a paz pelo direito.

Esta última circunstância teve um desenvolvimento catastrófico com a Guerra Mundial de 1939-1945, que obrigou ao desmantelamento desse Império Euromundista, incluindo inevitavelmente a parcela em que consistia o Ultramar Português, de modo que a Revolução de 1974 (dos Cravos) foi, do ponto de vista nacional, o ponto final do Projeto da Dinastia de Aviz.

Desse passado temos, no Património Nacional, a marca indelével na identidade portuguesa, o testemunho de uma forte intervenção na definição da identidade ocidental, e também a marca deixada na globalização anunciada num texto de projecção universal que são *Os Lusíadas* de Luís Vaz de Camões. A implantação da língua portuguesa na geografia dos 3 AAA (Ásia, África, América Latina), acompanha a responsabilidade de redefinir a nossa intervenção nos futuros incertos do mundo, com salvaguarda da memória histórica, e honrando a continuidade da capacidade de assumir riscos, agora os inerentes à globalização.

Que o atual milénio se define como uma época de incerteza, que a debilidade da prospetiva está assumida, que no passado nunca aconteceu tudo, que a definição do futuro é responsabilidade de saberes sempre contestáveis, são componentes da nossa circunstância geralmente assumidos.

Mas não seria apropriado imaginar que a incerteza era menos desafiante quando a Casa de Aviz iniciou a expansão, quando o Infante D. Henrique decidiu chamar o apoio dos saberes do tempo que lhe aconteceu viver, quando conseguiu que o carisma pessoal animasse a decisão de enfrentar o desconhecido. Falando a marinheiros, recordarei que foi por isso que dediquei um dos meus modestos trabalhos à memória de Bartolomeu Dias, com esta evocação, que repito – *Um marinheiro que morreu tentando*. De facto, por três vezes embarcou empenhado na tarefa de descobrir o caminho marítimo

para a Índia, foi quem dobrou o Cabo da Boa Esperança, por então chamado Cabo das Tormentas, e na terceira viagem perdeu-se no mar salgado pelas lágrimas de Portugal, como séculos depois diria Fernando Pessoa.

Mas nunca desistiu, e certamente não deixou de acreditar que a sua devoção e sacrifício ficariam nos alicerces do projeto que não seria abandonado pelas gerações seguintes. O mesmo sentimento que inspira a divisa da Marinha - *Honrai a Pátria, que a Pátria vos contempla*. Aconteceu, ao longo dos séculos da história portuguesa, que a determinação, saber, e coragem, nunca deixaram de avaliar, com prudência governativa, o equilíbrio com poderes políticos concorrentes ou mesmo adversários, e por isso a acção diplomática foi sempre essencial, assim como a necessidade de um apoio externo, vista a dimensão relativa do poder político português na comunidade internacional, também nunca foi dispensável, tudo acompanhado pela cautela de evitar intervir nas querelas interiores da cristandade.

A Aliança Inglesa foi a mais permanente das solidariedades, com os custos inerentes à desigualdade dos poderes, até que o fim do Império Euro-mundista, sem formalmente a pôr em causa, obrigou a outras definições. Tendo conseguido manter a chamada *neutralidade colaborante* na guerra de 1939-1945, sem ter podido evitar o sacrifício de Timor invadido novamente por aliados e japoneses, o apoio à reorganização da segurança do Atlântico Norte, logo que a solidariedade da URSS na guerra foi substituída pelo desafio que deu origem a meio século de guerra fria, foi um imperativo do facto de o mar nos chamar ao grupo de fundadores da NATO, garantia desse mar ocidental, base do projeto de libertar a Europa do Atlântico aos Urais, e de implantar a democracia, os direitos do homem, e o desenvolvimento sustentado, não apenas nesse espaço matricial dos ocidentais, mas com expressão mundial.

Neste caso talvez deve admitir-se que não foi o país que se lançou a longe pelo mar agora bem conhecido, foi a função do mar, na definição do espaço ocidental, que incluiu o país, por imperativo ao mesmo tempo da geografia, da funcionalidade do sistema de aliança estabelecida, e da defesa dos valores matriciais do Ocidente, nos quais está também impressa a marca do passado português que nos chama às responsabilidades pelo futuro. Foi todavia durante os cinquenta anos da guerra fria que Portugal teve de responder ao doloroso processo de desmobilização do Império Euromundista, na parte que lhe pertenceu gerir até 1974.

Depois desta data, que se foi importante para alterar o curso histórico do país, também o foi para o equilíbrio mundial da Ordem dos Pactos Militares, a pertença à NATO não era resposta suficiente para o apoio externo de que sempre necessitámos, e por isso a adesão à União Europeia foi uma decisão sem alternativa.

Esta decisão ainda obedeceu principalmente a objetivos de desenvolvimento sustentado com adesão aos modelos democráticos, e rejeição da ameaçadora implantação das estruturas do socialismo real: a evolução europeia foi por nós acompanhada, com adesão à crescente estruturação de um

modelo final ainda mal definido de unidade política, e com expressão incerta no chamado Tratado de Lisboa (2008), agora em período de reflexão. Uma reflexão que é sobretudo responsabilidade cívica.

Mas, entretanto, a circunstância mundial, no sentido de Ortega, depois de 1989, queda do Muro de Berlim, alterou-se radicalmente em termos de segurança e defesa.

Para tomar curta uma história longa, que certamente foi abordada nos cursos da Academia, a NATO sofreu vários desafios nascidos do processo de mudança da circunstância, entre eles os seguintes: a  *europeização da Defesa*, uma exigência que teve origem na exigência de distribuir equitativamente os encargos entre os EUA e a União Europeia; a alteração do conceito estratégico, que deixou de referir-se à linha de encontro dos dois Pactos Militares em confronto, para se terem em vista os interesses da NATO em qualquer ponto do mundo; a assunção da legitimidade própria para exercer o direito - dever de intervenção, com lamentável exercício no Kosovo; e sobretudo a deriva para o unilateralismo da administração republicana do Presidente Bush, que levou ao desastre do Iraque, ao agravamento do capital de queixas no Levante, e finalmente ao receio do regresso à  *guerra fria* com o programado alargamento da NATO às áreas de influência da Rússia, com expressão na grave crise que explodiu no Cáucaso por causa do desmantelamento da Geórgia.

Tudo isto estando a Europa numa situação de carência de matérias-primas, de energia, de mão-de-obra, de reserva estratégica alimentar, e também desenvolvendo uma política de alargamento sem estudos prévios de  *governabilidade*, e de responsabilidade de segurança sem conceito prévio de  *fronteiras amigas*. Uma referência que também faltou à NATO na tentativa de admitir antigos satélites sem prestar devida atenção aos interesses da Rússia.

Se acrescentarmos a terrível demonstração do ataque do  *fraco ao forte* que o terrorismo global exerce, fazendo do Ocidente o alvo indiviso, por tudo temos de admitir que a histórica natureza exógena de Portugal se acentuou, porque não pode considerar-se alheio a nenhuma das mudanças da circunstância que se desenvolveu ao redor do Ocidente, da NATO, do Atlântico Norte e, acrescento, do Atlântico Sul.

Sobretudo nesta área, convirá não esquecer que o espaço da NATO foi limitado ao Atlântico Norte numa data em que o processo descolonizador ainda não provocara atenção à segurança do Atlântico Sul, porque a multiplicação de soberanias na costa africana não somara os seus interesses aos das soberanias do continente americano, estas nascidas de movimentos de europeus emigrados, e não de nativos. Nesta data, a segurança do Atlântico Sul exige uma definição articulada com a do Atlântico Norte, onde se espera e vaticina que a moderação regresse ao impulso unilateralista dos EUA, pacificando as divergências que tal unilateralismo causou na União Europeia, permitindo olhar com determinação para a segurança do Mediterrâneo a que a França apela, e ter uma doutrina prudente de fronteiras amigas e governabilidade a leste.

A carência europeia que referi espelha-se com gravidade desigual pelos países da União, e Portugal não é um dos elos mais fortes do sistema. Mas acontece que, pela geografia, e pela definição dos interesses dos Estados e dos grandes espaços em que estão incluídos, Portugal está na articulação da segurança do Atlântico Norte com a segurança do Atlântico Sul, na articulação destas seguranças com a segurança do Mediterrâneo, titular da soberania, em redefinição geral, no território continental e nos Arquipélagos da Madeira e dos Açores, obrigado com os Estados de Língua Portuguesa na CPLP, que tem no Atlântico Sul uma importante e poderosa presença. Tendo presentes as debilidades do Estado Português, é necessário acrescentar o risco de a gestão dos recursos vivos da Zona Económica Exclusiva transitar para a Comissão Europeia.

Tudo ponderado, é certamente possível que uma atitude de desistência ou descaso leve a minimizar a narrativa de heróis do mar que marca a identidade portuguesa: mas o que não pode ser atenuado é o facto de o Mar vir ter com Portugal com exigências às quais ou teremos vontade e capacidade de responder com voz própria, ou a deriva para destinatários das decisões alheias, em que a nossa voz não será escutada, começará a desenhar-se no horizonte. É nestas horas de perplexidade nacional que o exemplo da Dinastia de Aviz e do Infante, o lema da Marinha que manda honrar a Pátria, a coragem em face de uma época de incerteza, o amor ao país e ao seu povo, servem de alicerce à vontade de colocar a inteligência e o saber ao serviço da invenção de novos futuros, informados de que nunca aconteceu tudo no passado, e que é na incerteza que avulta o exemplo de Bartolomeu Dias, um grande marinheiro que morreu tentando, e a cujo esforço o futuro deu razão. É certo que ninguém escolhe o povo e a terra onde lhe aconteceu nascer, e que partir é um direito de ir e andar pelo mundo. Mas a outra decisão, que é um ato de amor, é decidir ficar. A Marinha é um conjunto de homens que decidiram ficar.

O recurso à política da imagem, destinada a recolher adesões das várias opiniões públicas, internas ou internacionais, tem o risco de os responsáveis pela iniciativa serem também aliciados pelo que imaginaram. No caso do conflito respeitante ao fornecimento de gás aos europeus, efeito acessório da relação conflituosa entre a Rússia e a Ucrânia, a cultivada imagem de poder da União Europeia remete para uma penumbra pouco recomendável o facto da dependência em que se encontra. Por isso o tema não pode ser negligenciado, e de novo o recordamos. Por muito inconveniente que seja para a validade do discurso político corrente, agora centrado no apelo ao cumprimento dos tratados, tem alguma utilidade, no sentido de apelar ao realismo, não esquecer que o movimento de expansão colonial dos europeus, no século XIX, foi determinado pela necessidade assumida de dominar as fontes de matérias-primas, acrescentando a criação de um mercado de produtos acabados, uma motivação expressa nos discursos dirigidos aos parlamentos que aprovaram as decisões dos governos. Ter acrescentado que se tratava também de levar a civilização e as luzes aos povos que não

tinham beneficiado do modelo ocidental, foi um ensaio de cobrir a intervenção militar com os bons princípios organizados para a circunstância, e que, como de uso, não foram sempre respeitados. O fim da era euromundista, imposta pelas duas guerras civis chamadas mundiais, fez retirar as soberanias, esvaziadas de conteúdo pelo desastre militar, mas não eliminou a relação entre as necessidades e os recursos europeus, designadamente de energias não renováveis, metais raros, e até de mão-de-obra e reservas estratégicas alimentares. O método da direta intervenção armada para impor o modelo colonial foi remetido para uso excepcional, mas a luta pelas hegemonias renovou os métodos destinados a responder a iguais carências. Surgiram novos poderes dominantes, sendo a África um dos palcos mais afetados pela nova estratégia, incluindo as guerras por procuração, e até o recurso à mais reprovável das invenções que é a privatização da guerra. A Europa, onde não desaparecerem os projetos de manter janelas de liberdade para uma nova relação das velhas potências coloniais com os seus antigos territórios, foi entretanto acentuando a sua dependência de mão-de-obra, de matérias-primas, de reservas estratégicas alimentares, e de energias renováveis. Muito envolvida na disputa sobre o equilíbrio interno, na área ocidental, entre o europeísmo e o americanismo, foi-se adaptando à sugestão de que os EUA são filiados em Marte e a Europa em Vénus, doutrinou a importância do poder diplomático e inspirador de boas condutas, participou na reivindicação de os ocidentais terem ganho a guerra fria, com a síntese simbolizada pela queda do Muro de Berlim em 1989. A realidade parece ser que a URSS caiu por efeito da lei da fadiga dos metais, que está agora a afetar os EUA nesta viragem do milénio, e por isso os responsáveis pela reforma interna do império são mais recordados fora da Rússia do que na memória da sua população. O facto é que o governo russo se orienta pelo restabelecimento de uma posição internacional respeitada, e baseada consistentemente na reestruturação das capacidades internas, não hesitando em recorrer ao abuso das dependências dos antigos adversários da guerra fria, e dos países que se libertaram do seu império. A matriz de Vénus tem toda a razão jurídica para invocar os tratados, para exigir o cumprimento das obrigações assumidas, porque os contratos livremente celebrados devem ser pontualmente consagrados. A Ucrânia, com uma experiência secular de risco e dependência compreendeu que não lhe restava melhor solução do que renegociar a compreensão dos factos. A Europa, mesmo obtendo por agora a satisfação das suas necessidades energéticas, tem de meditar o aviso de que a Rússia espera pelas definições satisfatórias de uma fronteira amiga, que ultrapasse a situação de dependência pelo reconhecimento de interesses comuns satisfatórios. Depois os tratados serão confiáveis.

# CADERNOS NAVAIS

## Volumes Publicados

- 1. A Marinha e a Revolução nos Assuntos Militares**  
Vice-Almirante António Emílio Sacchetti
- 2. Papel das Marinhas no Âmbito da Política Externa dos Estados**  
Contra-Almirante Victor Manuel Lopo Cajarabille
- 3. Conceito Estratégico de Defesa Nacional**  
Vice-Almirante António Emílio Sacchetti,  
Vice-Almirante Victor Manuel Lopo Cajarabille
- 4. O Contexto do Direito do Mar e a Prática da Autoridade Marítima**  
Dr. Luís da Costa Diogo
- 5. Considerações sobre o Sistema de Forças Nacional**  
Vice-Almirante Alexandre Reis Rodrigues
- 6. Portugal e a sua Circunstância**  
Professor Doutor Adriano Moreira,  
Vice-Almirante António Emílio Sacchetti,  
Dr. João Soares Salgueiro,  
Professora Doutora Maria do Céu Pinto,  
Professora Doutora Maria Regina Flor e Almeida
- 7. O Poder Naval. Missões e Meios**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos Nélon Lopes da Costa
- 8. Sobre o Vínculo do Militar ao Estado-Nação. Breve Abordagem Filo-  
sófico-Estatutária**  
Segundo-tenente Carla Cristina Martins Pica
- 9. Portugal e os EUA nas Duas Guerras Mundiais: a Procura do Plano Bi-Lateral**  
Prof. Dr. José Medeiros Ferreira
- 10. A Estratégia Naval Portuguesa**  
Vice-Almirante António Emílio Sacchetti,  
Professor Doutor António José Telo,  
Vice-Almirante Magalhães Queiroz  
Capitão-Tenente Marques Antunes,  
Dr. Nuno Rogeiro,  
Vice-Almirante Ferreira Barbosa,  
Dr. Tiago Pitta e Cunha,

Vice-Almirante Reis Rodrigues,  
Contra-Almirante Melo Gomes,  
Vice-Almirante Alexandre Silva Fonseca,  
Vice-Almirante Pires Neves,  
Vice-Almirante Rebelo Duarte

**11. O Direito Humanitário, as Regras de Empenhamento e a Condução das Operações Militares**

Capitão-de-Mar-e-Guerra José Manuel Silva Carreira

**12. As Forças Armadas e o Terrorismo**

Contra-Almirante José Augusto de Brito

**13. O Mar, um Oceano de Oportunidades para Portugal**

Almirante Vieira Matias

**14. Opções Estratégicas de Portugal no Novo Contexto Mundial**

Professor Doutor Ernani Lopes,  
Professor Doutor Manuel Lopes Porto,  
Dr. João Salgueiro,  
Professor Doutor José Carlos Venâncio,  
Dr. Salgado Matos,  
Dr. Félix Ribeiro,  
Professor Doutor Fernando Santos Neves,  
Dr. Joaquim Aguiar,  
Professor Doutor Adriano Moreira

**15. A Security em âmbito marítimo. O Código ISPS**

Dr. Luís Manuel Gomes da Costa Diogo,  
Capitão-tenente José António Velho Gouveia

**16. O Mediterrâneo, Geopolítica e Segurança Europeia**

Vice-Almirante António Emílio Ferraz Sacchetti

**17. As Grandes Linhas Geopolíticas e Geoestratégicas da Guerra e da Paz**

Capitão-tenente José António Zeferino Henriques

**18. A NATO e a Política Europeia de Segurança e Defesa. Em Colisão ou em Convergência?**

Vice-Almirante Alexandre Reis Rodrigues

**19. Segurança e Cidadania. Conceitos e Políticas**

Dr. António Jorge de Figueiredo Lopes

**20. Continentalidade e Maritimidade**

A Política Externa dos Impérios e a Política Externa da China

Professor Doutor António Marques Bessa

**21. O Poder na Relação Externa do Estado**

Professor Doutor Luís Fontoura,  
Embaixador Leonardo Mathias

**22. Seminário “Uma Marinha de Duplo Uso”**

Intervenções dos Conferencistas

**23. A Definição de Agressão da Assembleia-Geral das Nações Unidas:  
História de uma Negociação**

Dr.<sup>a</sup> Maria Francisca Saraiva

**24. Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico Coordena-  
dores:**

Professor Doutor António Marques Bessa,  
Professor Doutor Pedro Borges Graça

**25. A Europa da Segurança e Defesa**

Vice-Almirante António Rebelo Duarte

**26. 1º Simpósio das Marinhas dos Países de Língua Portuguesa**

**27. Formulação da Estratégia Naval Portuguesa. Modelo e processo**

Contra-Almirante António Silva Ribeiro

**28. O Sistema de Planeamento de Forças Nacional. Implicações da  
Adopção do Modelo de Planeamento por Capacidades.**

Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos César Martinho Gusmão Reis Madeira

**29. Reflexões sobre o Mar**

Uma Homenagem ao Vice-Almirante António Emílio Ferraz Sacchetti

**30. A “Guerra às Drogas”**

Capitão-de-Mar-e-Guerra J. Margalho Carrilho

**31. Contributos para uma caracterização da Geopolítica Marítima de Portugal**

Primeiro-tenente Humberto Santos Rocha

**32. 60 anos da Aliança Atlântica. Perspectivas navais**

Almirante Fernando José Ribeiro de Melo Gomes,  
Vice-Almirante José Carlos Lima Bacelar

**33. A Plataforma Continental Portuguesa e o Hypercluster do Mar**

Vice-Almirante Victor Lopo Cajarabille,

Vice-Almirante António Rebelo Duarte,  
Dr.<sup>a</sup> Patrícia Viana Afonso

**34. Estratégia Naval Portuguesa - O processo, o contexto e o conteúdo**

Contra-Almirante António Silva Ribeiro,  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Braz da Silva,  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Jorge Novo Palma,  
Capitão-de-fragata Nuno Sardinha Monteiro

**35. O Papel da União Europeia e da União Africana na Prevenção e Gestão de Conflitos em África**

Capitão-de-Mar-e-Guerra Edgar Marcos Bastos Ribeiro

**36. Oxigénio e medicina subaquática e hiperbárica. Perspectiva histórica e realidade militar em Portugal**

Capitão-de-Mar-e-Guerra José de Gouveia de Albuquerque e Sousa

**37. Liderança e exercício de comando contributos**

Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco José Costa Pereira,  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Henrique Eduardo de Gouveia e Melo,  
Capitão-tenente Pedro Eduardo Fernandes Fonseca

**38. O Papel das Forças Armadas nas Operações Inter-Agências de Combate às Ameaças Emergentes em Portugal**

Capitão-de-Mar-e-Guerra Jorge Novo Palma

**39. Espaços Marítimos sob Soberania ou Jurisdição Nacional. Um Modelo para Potenciar o Exercício da Autoridade do Estado no Mar**

Capitão-de-Mar-e-Guerra António Manuel de Carvalho Coelho Cândido

**40. Os Media como Vectores na Prossecução dos Objectivos Estratégicos das Forças Armadas**

Capitão-de-Mar-e-Guerra Vladimiro José das Neves Coelho

**41. O combate à pirataria marítima**

Vice-almirante Alexandre Daniel Cunha Reis Rodrigues

**42. Conceitos e Tecnologia das Operações Navais: da II Guerra Mundial aos nossos dias**

Almirante Fernando José Ribeiro de Melo Gomes,  
Capitão-de-fragata Armando José Dias Correia

**43. A Plataforma Continental Portuguesa. Análise do Processo de Transformação do Potencial Estratégico em Poder Nacional**

Capitão-tenente Jaime Carlos de Vale Ferreira da Silva

**44. A Maritimidade Portuguesa: Do Reavaliar da Consciência à Oportunidade de Desenvolvimento**

Vice-almirante Ref João Manuel Lopes Pires Neves,  
Vice-Almirante Ref António Carlos Rebelo Duarte

**45. Mahan. 7 Virtudes e 7 Pecados**

Capitão-de-fragata Nuno Sardinha Monteiro

**46. O Processo Estratégico na Marinha**

Almirante António Silva Ribeiro

**47. Vis per Mare**

**Breve análise das obras de alguns autores contemporâneos sobre poder no mar**

Capitão-de-mar-e-guerra Nuno Sardinha Monteiro

**48. Políticas e Estratégias Marítimas da Europa e de Portugal**

Vice-Almirante Ref. António Carlos Rebelo Duarte

**49. Centro de Decisão de Alcance Global em Contexto Marítimo**

Dr. Miguel Marques

**Nota:** Os Cadernos Navais encontram-se disponíveis na internet, no portal da Marinha, sob o título Estudos e Reflexões: <http://www.marinha.pt/pt/a-marinha/estudos-e-reflexoes/cadernos-navais/Paginas/default.aspx>

